

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

FERNANDA SOUZA CARVALHO MOTA

A APLICABILIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO

São Cristóvão

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

FERNANDA SOUZA CARVALHO MOTA

A APLICABILIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de bacharel em Direito na
Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Professora Dra. Analice Nogueira
Santos Cunha.

São Cristóvão

2021



FERNANDA SOUZA CARVALHO MOTA

A APLICABILIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de bacharel em Direito na
Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Professora Dra. Analice Nogueira
Santos Cunha.

São Cristóvão, 16 de julho de 2021

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Analice Nogueira Santos Cunha

Professor Vitor Oliveira

Professor Raphael Leal Roldão Lima



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal de Sergipe

Biblioteca Universitária

M871a Mota, Fernanda Souza Carvalho. A aplicabilidade do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro / Fernanda Souza Carvalho Mota. – 2021. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Sergipe, Faculdade de Direito, Curso de Direito, São Cristóvão, 2021. Orientação: Prof. Dr. Analice Nogueira Santos Cunha. 1. Esquecimento. 2. Informação. 3. Internet. 4. Superinformacionismo. 5. Provedores. I. A aplicabilidade do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro. CDD 34



RESUMO

O direito ao esquecimento possui a sua origem ligada ao campo das condenações criminais, pois serve como uma garantia à proteção da intimidade e da necessária ressocialização dos mais diversos sujeitos. Aos poucos, passou a incidir na esfera cível, fazendo parte do denominado rol dos direitos da personalidade. Nesta seara, sua aplicação se dá após a utilização da técnica da ponderação de interesses pelo órgão julgador, cujo objetivo é determinar se este instituto deve prevalecer em detrimento do direito à informação. Neste ponto, torna-se necessário defender a autonomia do direito ao esquecimento para que ele não seja confundido com os direitos dos quais decorre, como os relacionados à privacidade e à intimidade. Mais do que isso, apesar da decisão recente proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, no bojo do processo sobre a jovem Aida Curi, é preciso defender a sua compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro a partir da redefinição do seu conceito e da sua inserção na sociedade em que vivemos, marcada atualmente pelo fenômeno do superinformacionismo. Afinal, os instrumentos de tutela do direito ao esquecimento devem ser aptos a proteger o indivíduo contra a exploração opressiva de informações a seu respeito e difundidas nos mecanismos atuais de registro de alta repercussão, a exemplos dos provedores de buscas e de serviços. Através de uma pesquisa qualitativa, perpassando pela revisão bibliográfica e documental, se concluiu que o posicionamento da Suprema Corte não sacrifica por completo o direito ao esquecimento e que a sua compatibilidade com o nosso sistema jurídico é possível e necessária. Mas, para isso, alguns parâmetros ajudam a definir a escolha dos mecanismos adequados a proteger o direito ao esquecimento, como a presença de interesse público na divulgação de determinada notícia, a fim de que outros valores fundamentais não sejam suprimidos.

Palavras-chave: esquecimento, informação, internet, superinformacionismo, provedores.



ABSTRACT

The right to be forgotten has its origin linked to the field of criminal convictions, as it served as a guarantee for the protection of intimacy and the necessary re-socialization of the most diverse subjects. Gradually, it began to affect the civil sphere, being part of the so-called list of personality rights. In this area, its application took place after the use of the technique of balancing of interests by the judging body, whose objective was to determine whether this institute should prevail over the right to information. Despite the technical imprecision of the term, defending the autonomy of the right to be forgotten is presented as a relevant factor in promoting the dignity of the human person, since, despite arising from rights related to privacy, it is not confused with them. More than that, in view of the recent decision handed down by the Supreme Court (STF), in terms of general repercussion, in the midst of the process concerning the young Aida Curi, it is necessary to defend its compatibility with the Brazilian legal system based on the redefinition of its concept and its insertion in the society we live in, marked by the phenomenon of superinformationism. After all, the instruments of protection of the right to be forgotten must be able to protect the individual against the oppressive exploitation of information about them and disseminated in current high-repercussion registration mechanisms, such as search and service providers. Through a qualitative research, passing through the bibliographical and documentary review, it was concluded that the position of the Supreme Court does not completely sacrifice the right to oblivion and that its compatibility with our legal system is possible and necessary. However, for this, some parameters help to define the choice of adequate mechanisms to protect the right to be forgotten, so that other fundamental values are not suppressed.

Keywords: forgetting, information, internet, superinformationism, providers.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEPD – Agência Espanhola de Proteção de Dados

CRFB/88 – Constituição Federal de 1988

BPM - Batalhão da Polícia Militar

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

MCI – Marco Civil da Internet

STJ – Superior Tribunal de Justiça

STF – Supremo Tribunal Federal

TCFA – Tribunal Constitucional Federal da Alemanha

TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia

URL – Localizador Uniforme de Recursos



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
2. A origem e o desenvolvimento do direito ao esquecimento	13
2.1 O direito ao esquecimento no mundo	13
2.2 O direito ao esquecimento no Brasil: base normativa	15
2.3 O direito ao esquecimento no Brasil: aplicação jurisprudencial	19
2.4 A repercussão do entendimento do STF no ordenamento jurídico brasileiro.....	29
3. (In)compatibilidades do direito ao esquecimento	36
3.1 Valores fundamentais.....	36
3.2 Direito à informação	42
3.3 Direito ao esquecimento: panorama geral e novos paradigmas	45
4. Direito ao esquecimento e seus mecanismos de tutela	49
4.1 Uma proposta de redefinição do direito ao esquecimento	49
4.2 Lei Geral de Proteção de Dados: Lei nº 13.709/2018	53
4.3 Marco Civil da Internet: Lei 12.965/2014	55
4.4 Mecanismos de tutela do direito ao esquecimento	58
4.5 Exemplos de aplicação do direito ao esquecimento na órbita virtual	68
CONCLUSÕES	75
BIBLIOGRAFIA	77



1. INTRODUÇÃO

O direito ao esquecimento possui a sua origem ligada ao campo das condenações criminais, consistente em uma forma de fazer com que indivíduos que já tivessem cumprido as suas respectivas sanções penais não fossem mais diretamente vinculados a determinados delitos. Assim, na prática, se protegia as garantias da intimidade e da ressocialização dessas pessoas. Em nosso sistema, esse entendimento pode ser extraído da previsão contida no artigo 202, da Lei de Execução Penal (LEP), qual seja: “cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei” (BRASIL, 1984).

Aos poucos, tal instituto adentrou na seara cível, e passou a ser reconhecido em demandas nas quais se busca combater um certo abuso no exercício do direito à informação. Em outras palavras, com a compreensão de que o direito ao esquecimento faz parte do rol dos direitos da personalidade que se asseveram essenciais ao desenvolvimento da pessoa humana e à promoção de sua dignidade, caracterizando-se por serem intransmissíveis e irrenunciáveis, o seu campo de incidência passou a ser mais amplo. E, justamente por isso, a sua aplicação ao caso concreto se dá após uma análise ponderada dos interesses em conflito. Ou seja, através da técnica da ponderação de interesses, o órgão julgador decide se o direito ao esquecimento deve prevalecer em face dos direitos relacionados à liberdade de informação.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar como o direito ao esquecimento evoluiu e atualmente se encaixa no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo não estando disciplinado expressamente. Porém, dado o contexto atual em que vivemos, também é necessário investigar como ele pode ser efetivado em uma sociedade marcada pelo fenômeno do superinformacionismo. Ou seja, quais são seus limites e mecanismos de tutela no campo da rede mundial de computadores – internet.

Neste ponto, também é importante registrar que tal direito deve ser estudado autonomamente, pois, apesar de decorrer dos denominados “direito à honra, à intimidade e à privacidade”, com eles não se confunde. No contexto da internet, também não deve ser confundido com o “direito à proteção de dados”. Ocorre que as decisões mais marcantes proferidas acerca do direito ao esquecimento na esfera brasileira não lograram êxito em definir precisamente o seu objeto.

Mais especificamente, não obstante a importância das ponderações realizadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos casos da Chacina da Candelária (REsp. 1.334.097-RJ) e



de Aida Curi (REsp 1.335.133-RJ), a definição proposta pela referida Corte é demasiadamente ampla, especialmente quando se leva em consideração que o esquecimento se contrapõe diretamente com as liberdades de expressão e de informação, já que relaciona o reconhecimento de tal direito ao simples decurso temporal e ao desejo do requerente em não ver o compartilhamento de certas notícias.

Tanto isso é verdade que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.010.606-RJ, ainda no contexto do caso “Aida Curi”, em sede de repercussão geral, se limitou a afirmar que é “incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.” Ou seja, na linha do que já vinha sendo consignado pelos demais Tribunais e Juízos singulares, a Corte Suprema se utilizou de um conceito equivocado de direito ao esquecimento para, em seguida, afirmá-lo como sendo incongruente com o nosso ordenamento jurídico.

O direito que aqui se defende não visa apagar fatos históricos ou reescrever a história. Em verdade, assim como os demais direitos da personalidade, visa promover a dignidade da pessoa humana sem que o direito à informação seja subjugado, pois, em uma democracia ainda em fortalecimento, é preciso atentar-se para que eventuais restrições à liberdade de expressão não configurem atos de censura. Além disso, ao contrário do conceito utilizado por nossos Tribunais Superiores, o simples transcurso do tempo, por si só, não implica na necessidade de se reconhecer o direito ao esquecimento.

Tal direito, portanto, apesar da aparente literalidade do seu termo que, em análise mais profunda, revela uma certa imprecisão, objetiva fazer com que fatos, mesmo verdadeiros e obtidos lícitamente, não sejam expostos ao público de forma desarrazoada. Em outras palavras, busca resguardar a representação atualizada e contextualizada de cada indivíduo. Isto é, mais do que defender que alguém possui o direito de ser “*deixado em paz*” ou de ter algum fato desabonador de sua conduta esquecido, se entende que os interesses subjacentes ao direito ao esquecimento merecem ser protegidos, para que eventos passados não limitem o livre desenvolvimento da personalidade de cada pessoa humana.

Ademais, reconhecer o direito ao esquecimento no caso concreto não significa dizer que o fato objeto da respectiva ação judicial deva ser removido dos mais diversos meios de comunicação social, já que existem outros instrumentos de tutela mais adequados à era da *Big Data*, a qual consiste em um aumento no número de dados coletados, estruturados ou não, e que são gerados a cada segundo (NASCIMENTO, 2017).



Em razão desses e outros fatores, se constata que a decisão do STF deixa lacunas. A simplicidade da tese firmada no referido Recurso Extraordinário não obsta que o direito ao esquecimento, da forma a ser defendida no presente trabalho, seja, de fato, efetivado. Os ministros se imiscuíram em argumentos que não merecem prosperar e deixaram de avaliar como a tutela do direito ao esquecimento pode ser compatibilizada com os demais valores abarcados pelo nosso ordenamento. Além disso, o caso objeto de análise não possui o condão de permitir analisar como tal direito se insere na internet, bem como quais são seus novos desafios e limitações na atual sociedade da informação.

Apesar de ter sido declarado incompatível, os mecanismos de tutela do direito ao esquecimento, que vão muito além da remoção ou da proibição de veiculação de determinado conteúdo, não foram explorados pela Corte Suprema, a exemplo da desindexação de links nos provedores de busca, bem como da atualização, edição e anonimização dos conteúdos a respeito de determinada pessoa. Assim, a presente pesquisa se mostra necessária ao campo jurídico e social por buscar definir os contornos de um direito que, quando efetivado em concreto, se apresenta de maneira imprescindível à promoção da dignidade da pessoa humana.

Ademais, é necessário consignar que, na 32ª edição da Pesquisa Anual da FGV sobre o Mercado Brasileiro de TI, se observou que o Brasil tem mais de 440 milhões de dispositivos digitais em uso. Quanto aos smartphones, os números correspondem a 242 milhões de unidades sendo utilizadas no país. Ou seja, a realidade que se apresenta é a de que as pessoas cada vez mais se comunicam e se veem através de telas. Nessa situação, mesmo aquelas que não são adeptas da auto exposição podem ser vítimas de exposições promovidas por outrem. Por conseguinte, a defesa de uma definição atual do direito ao esquecimento se mostra imprescindível, já que qualquer um pode estar sujeito a exploração midiática de fatos ocorridos no passado.

Neste sentido, deve ser observado o cenário em que, mesmo que haja a coleta de dados anônimos, a associação entre eles pode fazer com que o sujeito envolvido seja identificado. Ou seja, o risco à privacidade também se configura no resultado das interações entre os dados obtidos. Em razão disso, é tarefa dificultosa precisar quantas informações sobre determinado indivíduo existem na rede.

Assim, através de uma pesquisa qualitativa, perpassando pelos métodos da revisão bibliográfica e documental, se buscará maneira de compatibilizar e tutelar o direito ao esquecimento em nosso sistema.

É preciso compreender, após análise dos mais diversos posicionamentos jurisprudenciais sobre o instituto do direito ao esquecimento, como se deu a evolução de seu



conceito e qual a sua base normativa no ordenamento jurídico brasileiro, já que não se encontra regulamentado – o que foi visto, inclusive, de maneira prejudicial pelo STF. Após tais análises, é necessário destacar como o direito pode ser compatibilizado no ordenamento jurídico brasileiro, com destaque para a sua proposta de redefinição e para a presença de mecanismos de tutela aptos ao cenário do superinformacionismo em que vivemos. Afinal, o Constituinte Originário não erigiu nenhum direito como superior a outro, mas, por meio da adoção de cláusulas gerais, definiu que os aplicadores do direito devem buscar soluções que promovam, o máximo possível, a dignidade da pessoa humana. Assim, em que pese a mais recente decisão sobre o instituto que aqui se analisa, a tese do direito ao esquecimento ainda deve ser defendida, pois se mostra consentânea com os valores e direitos fundamentais.

Nesta linha de intelecção, o desenvolvimento do presente trabalho foi dividido em três capítulos. No segundo se busca discorrer sobre a origem e o desenvolvimento do direito ao esquecimento e como a última decisão proferida pelo STF a esse respeito se apresenta como um retrocesso à tutela dos direitos da personalidade. No terceiro, se aborda quais valores são compatíveis com a ideia do direito ao esquecimento, pois ele também pode ser visto como um instrumento de tutela dos direitos relacionados à privacidade do indivíduo, e como ele pode ser compatibilizado no nosso ordenamento jurídico quando em confronto com o direito à informação. Por fim, o último capítulo busca redefinir o direito ao esquecimento, afastando-se de vieses subjetivistas, e abordar quais são seus possíveis instrumentos de tutela – os quais serão aplicados a partir da técnica de ponderação de interesses.



2. A origem e o desenvolvimento do direito ao esquecimento

Antes de adentrarmos no entendimento contemporâneo do denominado “direito ao esquecimento”, é necessário perpassar por suas primeiras aplicações ao redor do mundo, pois é preciso compreender melhor como se operou a evolução do seu conceito, já que a tese firmada pela Corte Suprema de que o instituto do esquecimento é incompatível com a nossa Carta Magna se apresenta como um contrassenso nessa linha evolutiva.

2.1 O direito ao esquecimento no mundo

Existem algumas discussões sobre onde e como surgiu tal instituto, mas é certo que sua origem se liga ao campo das condenações criminais. Antes de analisarmos cuidadosamente a corrente que defende que a precursora desse direito foi a Alemanha, é importante também identificarmos as outras duas vertentes – as quais identificam os Estados Unidos e a França como vanguardistas.

Em 1931, o Tribunal Norte Americano do Estado da Califórnia se debruçou sobre o caso *Melvin vs. Reid*. Essa ação foi promovida por Bernard Melvin, marido de Gabrielle Darley, ex prostituta, que tinha sido inocentada de uma acusação de homicídio em 1918. Ocorre que, 13 anos depois de ter mudado drasticamente o seu modo de vida, inclusive constituindo uma nova família, foi exibido um filme intitulado “Red Kimono”, produzido por Doroty Davenport Reid, cujo objetivo era retratar com detalhes o passado de Gabrielle. Mas, por considerar que foram causados danos à vida privada de sua família, a Corte Norte Americana julgou procedente o pedido autoral indenizatório, pois entendeu que toda pessoa tem o chamado direito à felicidade, que inclui estar livre de quaisquer tipos de ataques em razão de sua posição social ou reputação (FIDALGO, 2015).

No que tange à França, há indícios do direito ao esquecimento em 1965, quando a Corte de Paris julgou procedente uma ação formulada pela atriz Marlene Dietrich, na qual se pleiteava que parassem de ser publicados na imprensa, sem sua autorização, fatos pretéritos da sua vida privada (AMAGIS, 2019). Da análise desses dois casos, se observa uma certa preocupação em fazer com que acontecimentos passados da vida de alguém não interfiram na sua representação atual, nem na intimidade dos que lhes são próximos.

Porém, ao falarmos em direito ao esquecimento no mundo, é imprescindível realizar uma análise do crime que ficou conhecido como “Caso Lebach”, afinal, evidenciou mais precisamente o direito que aqui se estuda e a sua relação com processos criminais: em 1969,



em Lebach (um vilarejo localizado a oeste da República Federal da Alemanha), quatro soldados alemães foram assassinados e um foi gravemente ferido em um assalto, cujo intuito era subtrair armas e munições. Ao fim do processo criminal, os dois principais autores foram condenados à prisão perpétua e o partícipe a seis anos de reclusão.

Ocorre que, em 1972, dois anos após a prolação da sentença, quando o partícipe do crime já estava prestes a obter livramento condicional, uma emissora de televisão (a Zweites Deutsches Fernsehen – Segundo Canal Alemão) anunciou que lançaria um documentário sobre o latrocínio em questão, com referência aos nomes dos envolvidos, bem como com a reconstituição do delito. Em razão disso, o partícipe ingressou com medida judicial para que o programa não fosse exibido, sob o argumento de que o contrário acarretaria prejuízo à sua necessária ressocialização (SARLET, 2015).

Contudo, o pleito foi denegado pela instância ordinária, o que resultou na interposição de reclamação constitucional ao Tribunal Constitucional Federal da Alemanha (TCFA). A Corte alemã, por sua vez, ao realizar a técnica da ponderação dos interesses em conflito, acolheu o pedido do autor, reconhecendo que, no presente caso, a tutela dos direitos de personalidade deveria preponderar em face do direito à informação. Em outras palavras, embora abstratamente a regra seja a da prevalência da liberdade de comunicação, tal interesse público não era mais atual e deveria ceder em favor do direito à ressocialização daquele que já estava cumprindo a pena que lhe fora aplicada e, em virtude disso, prestes a obter um benefício legal (SARLET, 2015).

Mais precisamente, o TCFA reconheceu que a disseminação posterior de notícias sobre um acontecimento que já fora objeto de divulgação e de investigação resultaria, em última análise, em uma nova sanção social imposta ao partícipe do delito, em nítido desrespeito ao princípio da proporcionalidade. Ademais, em obediência aos direitos à intimidade e à vida privada, a exposição do nome, de fotografias ou de qualquer elemento que possibilitasse a identificação do autor do crime poderia ser limitada, especialmente levando-se em conta que tais divulgações em meios de comunicação de massa tem influência direta no processo de formação da opinião pública, ajudando a criar estigmas, preconceitos e barreiras que prejudicariam o condenado. Neste contexto, se observa que o direito ao esquecimento foi utilizado como instrumento de tutela de outros direitos fundamentais.

Ainda, importa destacar que, já em 1996, quando um novo documentário sobre o caso estava sendo preparado para divulgação na rede televisiva, na série intitulada *Verbrechen, die Geschichte machten*, um dos autores do delito logrou êxito ao ingressar com uma ação judicial, na qual se pleiteava que o referido programa não fosse exibido. Contudo, desta vez, a emissora

de TV (SAT 1) impetrou com uma reclamação constitucional, a qual foi acolhida pelo mesmo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, sob o argumento de que a proibição da veiculação da série violaria frontalmente o direito fundamental à liberdade de comunicação e de radiodifusão. Ademais, destacou que no novo programa não havia elementos suficientes para a identificação dos autores do crime, pois eles haviam mudado os nomes de algumas pessoas envolvidas e suas imagens não seriam apresentadas (SARLET, 2015).

Em relação aos argumentos levantados quando da análise do caso em 1973, aduziu que, no novo contexto, não restaria configurado prejuízo aos direitos da personalidade dos que foram condenados, especialmente no que se refere ao direito de ressocialização. Além disso, não se poderia extrair da anterior decisão daquele Tribunal que os autores de crimes possuem direito subjetivo para que os fatos de repercussão nacional não possam ser confrontados pela opinião pública, ou seja, não há uma absoluta imunidade contra representações de acontecimentos relevantes ao interesse público (SARLET, 2015).

Da análise desse caso, se infere que a decisão sobre qual direito deverá preponderar em concreto depende dos parâmetros que são utilizados pelo órgão julgador, a exemplo da presença de interesse público na divulgação de determinada notícia. Na hipótese, o transcurso do tempo e a garantia do anonimato mostraram-se favoráveis à prevalência do direito à informação. Porém, não se pode perder de vista que a técnica da anonimização é uma forma de tutelar o direito ao esquecimento, especialmente quando se pensa na sua efetivação no âmbito da internet.

2.2 O Direito ao esquecimento no Brasil: base normativa

Em razão de não estar contido expressamente no ordenamento jurídico brasileiro, com a intenção de defendê-lo adequadamente, é importante analisar os direitos fundamentais a partir dos quais decorre o direito ao esquecimento para, posteriormente, compreender como se deu as suas primeiras aplicações jurisprudenciais no Brasil. Registra-se, porém, que com eles não deve ser confundido. Assim, têm-se que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 5º, inciso X, disciplina que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Da análise desse dispositivo, verifica-se a consagração do direito à privacidade em sentido amplo, o qual, nas palavras de Cunha Junior (2017, p.625) consiste:



(...) fundamentalmente na faculdade que tem cada indivíduo de obstar a intromissão de estranhos na sua vida particular e familiar, assim como de impedir-lhes o acesso a informações sobre a privacidade e intimidade de cada um, e também proibir que sejam divulgadas informações sobre esta área de manifestação existencial do ser humano. Neste sentido, a privacidade corresponde ao direito de ser deixado em paz, ao direito de estar só (*right to be alone*).

Como desdobramentos do exposto acima, têm-se o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem. O primeiro possui a natureza de direito subjetivo autônomo e se refere ao que o indivíduo reserva para si mesmo, sem qualquer tipo de repercussão social, a exemplo de suas crenças filosóficas e religiosas, suas convicções pessoais e políticas e seus segredos mais profundos. Por sua vez, a vida privada envolve a relação do indivíduo com as pessoas à sua volta, o que também exige uma certa discricção. Segundo José Afonso da Silva (2005, p. 208), a Constituição

(...) parte da constatação de que a vida das pessoas compreende dois aspectos: um voltado para o exterior e outro para o interior. A vida exterior, que envolve as pessoas nas relações sociais e nas atividades públicas, pode ser objeto das pesquisas e das divulgações de terceiros, porque é pública. A vida interior, que se debruça sobre a mesma pessoa, sobre os membros da sua família, sobre os seus amigos, é a que integra o conceito de vida privada.

No mais, a honra abrange a reputação e a consideração social que uma pessoa tem em seu meio de convívio e, ao mesmo tempo, o que essa mesma pessoa pensa sobre si mesma, ou seja, em qual medida tem consciência da própria dignidade. Por fim, de acordo com Bittar (1989, p.87), a imagem “é o vínculo que une a pessoa à sua expressão externa, tomada no conjunto, ou em partes significativas (como a boca, os olhos, as pernas, enquanto individualizadoras das pessoas”. Ou seja, tal direito visa resguardar a divulgação indiscriminada dos aspectos físicos de alguém, por mais que se trate de pessoa pública ou que esta pessoa esteja em um local público, afinal, tais circunstâncias não geram uma presunção de renúncia ao direito à imagem.

Contudo, alicerçado a visão moderna a que se propõe o presente trabalho, tais direitos que se inserem no campo da privacidade não visam tão somente uma proteção contra a ingerência indevida de terceiros, mas também objetivam que os próprios titulares desses interesses possam controlar o acesso às suas informações pessoais, em um nítido exercício de autodeterminação informativa. Ademais, adentrando no mérito deste trabalho, ao analisar os casos explicitados no tópico acima, se constata que o direito ao esquecimento foi um

instrumento utilizado para proteger os direitos à intimidade e à imagem dos pleiteantes em questão. Nesse sentido, consoante Schreiber (2015, p. 141)

(...) o direito ao esquecimento está intrinsecamente ligado à dimensão substancial da privacidade, que diz respeito à utilização das informações pessoais obtidas de cada indivíduo. Se todos possuem um direito à privacidade, entendido como um direito à autodeterminação informativa, devem poder controlar qualitativamente a projeção de seus dados pessoais perante os demais e exigir que essa representação seja fidedigna e não contribua, de qualquer forma, para condutas discriminatórias contra o indivíduo representado.

Com isso, não se pode afirmar que o exercício e a aplicabilidade do direito ao esquecimento se ligam às situações em que o indivíduo quer modificar a forma que é visto e representado socialmente. Na realidade, trata-se de buscar averiguar como a veiculação de determinados fatos impacta em seu desenvolvimento e em sua dignidade, por mais que se refiram a informações verdadeiras e obtidas lícitamente. Afinal, a falta de precisão sobre a quantidade de informações disponibilizadas na internet a respeito de um determinado sujeito também se deve ao fato de que muitas exposições são promovidas por outrem.

No mais, no plano doutrinário, o enunciado 531, de autoria do promotor de justiça do Rio de Janeiro Guilherme Magalhães Marins, aprovado na VI Jornada de Direito Civil, dispõe que “a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”. Em sua justificativa, os juristas consignaram que ninguém possui o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas é dada a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, bem como o modo e a finalidade com que são lembrados.

Destaca-se que a publicação do enunciado supracitado ocorreu em 12 de março de 2013. Naturalmente, os anos transcorridos fazem com que esse direito ganhe uma maior complexidade, em especial quando se observa o atual desenvolvimento tecnológico e o excesso de informação disponibilizado via internet. Mais precisamente, os novos meios de comunicação ajudam a consolidar um fenômeno denominado por “superinformacionismo”, consistente no fato de que várias informações podem ser repassadas por qualquer indivíduo quase que instantaneamente, sendo verdadeiras ou não, e independentemente de onde se localiza o destinatário.

Quanto às disposições contidas na legislação brasileira, ressalta-se que nenhuma faz referência expressa ao direito ao esquecimento. Porém, pode ser destacado o artigo 202 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), o qual dispõe que



cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

Tal previsão exemplifica o fato de que, inicialmente, esse direito encontrou suporte no Sistema Penal.

Contudo, ele também pode ser deduzido dos artigos 143 e 144, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990):

é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome (...) (...) a expedição de cópia ou certidão de atos a que se refere o artigo anterior somente será deferida pela autoridade judiciária competente, se demonstrado o interesse e justificada a finalidade.

Ainda, o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), em seu artigo 43, parágrafo 1º, disciplina que

o consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. § 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

Quanto à Lei do Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), suas disposições serão analisadas com mais detalhes no quarto capítulo. Mas, o aspecto em comum das normas aqui analisadas é o de que o ordenamento jurídico brasileiro trabalha com a ideia da temporalidade, correspondente ao fato de que o acesso irrestrito a algumas informações pode ser limitado temporalmente em razão de decisões políticas do nosso legislativo.

E, ao contrário do que essa medida possa aparentar à primeira vista, ela busca garantir a segurança necessária para que, no presente, o indivíduo não seja prejudicado por registros efetuados em virtude de acontecimentos passados. Ressalta-se, ademais, que os dados elencados nos dispositivos ora analisados não são removidos, mas apenas possuem a sua consulta vinculada à determinada finalidade. Ou seja, é perfeitamente possível fazer com que o direito à informação seja restringido em prol de outros interesses.

2.3 O direito ao esquecimento no Brasil: aplicação jurisprudencial

Um caso constantemente debatido quando se fala em direito ao esquecimento no Brasil é o da Chacina da Candelária. Destaca-se que tal acontecimento correspondeu a um massacre efetuado por policiais militares na madrugada do dia 23 de julho de 1993. Munidos de armas de fogo, oito jovens, entre 11 e 19 anos de idade, foram assassinados. Contudo, os alvos eram mais de 50 crianças e adolescentes que dormiam nos arredores da Igreja da Candelária, localizada no centro do Rio de Janeiro (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013).

Há diferentes versões sobre o que teria motivado a chacina, mas é mais conhecida a tese de que, no dia anterior, quando os policiais efetuaram a prisão de dois meninos moradores de rua, os outros que ali estavam jogaram pedras na direção dos oficiais, o que resultou na quebra do vidro de um carro da patrulha do 5º Batalhão da Polícia Militar (BPM). Portanto, a chacina seria uma vingança a isso. Ressalta-se, ademais, que os policiais chegaram à praça, em frente à Igreja, chamando por um dos líderes do grupo, o Marco Antônio Alves da Silva, conhecido por “Ruço”. Em seguida, diante da ausência de respostas, dispararam tiros indiscriminadamente (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013).

Todavia, é importante ressaltar que as investigações foram conturbadas. Ao todo, três pessoas foram responsabilizadas pelo massacre (um está foragido e os outros dois já se encontram em liberdade). No mais, seis pessoas apontadas como suspeitas do crime foram absolvidas. Neste ponto, cabe destacar a situação peculiar vivida por um dos investigados, o serralheiro Jurandir Gomes de França: em que pese não ser policial, foi reconhecido por alguns dos sobreviventes como um dos homens que efetuaram disparos contra os moradores de rua na noite que ficou conhecida como “Chacina da Candelária”.

Ocorre que, em 1996, quando já estava preso há cerca de 03 (três) anos, Jurandir foi um dos absolvidos por unanimidade pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, sob o fundamento de negativa de autoria. Inclusive, o próprio Órgão Acusatório reconheceu que a denúncia contra ele foi equivocada. Já em 2006, o programa “Linha Direta-Justiça”, transmitido pela Rede Globo, o procurou no intuito de que ele concedesse uma entrevista para falar sobre o crime. Na oportunidade, Jurandir esclareceu que não possuía interesse em ser entrevistado a respeito disso, tampouco que a emissora veiculasse sua imagem ao crime, mesmo com a consignação expressa de que ele fora absolvido (STJ, REsp. nº. 1.334.097/RJ, 2013).

Porém, assim não foi feito. No programa exibido, ao contar como se deu a sequência dos homicídios cometidos na frente da Igreja, constou o nome completo e a imagem do serralheiro. Apesar de ter constado a informação de que ele foi considerado inocente pelo



Conselho de Sentença, Jurandir ressalta que isso não foi o suficiente para que não reacendesse a sua imagem de criminoso na comunidade em que vivia. Em razão disso, ajuizou uma ação contra a rede de televisão TV Globo, pleiteando indenização por danos morais, sob o argumento de que tinha sido violado em seus direitos à paz, à privacidade e ao anonimato. Ademais, ressaltou que, após a reportagem, encontrou dificuldades para conseguir emprego e teve que mudar de residência com seus familiares, por medo de represálias (STJ, REsp. nº. 1.334.097/RJ, 2013).

Na instância ordinária, o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro acolheu a contestação formulada pela emissora de televisão, isto é, julgou improcedente o pedido do autor, pois entendeu que os fatos narrados no programa eram de conhecimento público e notório e, diante das informações repassadas sobre a irregular investigação policial, não seria possível considerar que houve dolo em causar danos à imagem de Jurandir. Em contrapartida, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sob a relatoria do desembargador Eduardo Gusmão Alves Brito Neto, reformou a sentença por considerar que seria possível expor os fatos ocorridos na noite do fatídico crime de forma a preservar o anonimato dos que foram absolvidos, pois eles possuem o direito de serem esquecidos (STJ, REsp. nº. 1.334.097/RJ, 2013).

Inconformada, a ré interpôs embargos de declaração e embargos infringentes, os quais foram negados. Por fim, interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), pugnando pelo reconhecimento do exercício legal de seu dever e direito de informar, ressaltando a existência específica de programas policiais cuja finalidade é recontar crimes de grande repercussão, com reconstrução dos fatos e simulações, sem que seja ocultado acontecimentos importantes.

Apesar dos argumentos acima referidos, a 4ª Turma do STJ negou por unanimidade o Resp nº. 1.334.097/RJ, em 28/05/2013, mantendo a indenização ao autor no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O ministro relator Luís Filipe Salomão, em seu voto, alegou que a Chacina da Candelária expôs ao mundo a situação precária em que vivem inúmeros jovens brasileiros, em virtude da deficiente proteção estatal conferida aos mesmos. Dessa forma, seria possível narrar todas as especificidades envolvidas nesse crime sem a exposição da imagem e do nome do ofendido. Mais precisamente, o ministro consignou que:

o certo é que a fatídica história seria bem contada e de forma fidedigna sem que para isso a imagem e o nome do autor precisassem ser expostos em rede nacional. Nem tampouco a liberdade de imprensa seria tolhida, nem a honra do autor seria maculada, caso se ocultassem o nome e a fisionomia do recorrido, ponderação de valores que, no caso, seria a melhor solução ao

conflito. Muito embora tenham as instâncias ordinárias reconhecido que a reportagem se mostrou fidedigna com a realidade, a receptividade do homem médio brasileiro a noticiários desse jaez é apta a reacender a desconfiança geral acerca da índole do autor, que, certamente, não teve reforçada sua imagem de inocentado, mas sim a de indiciado. No caso, permitir nova veiculação do fato com a indicação precisa do nome e imagem do autor significaria a permissão de uma segunda ofensa à sua dignidade [...]. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp 1334097/RJ. Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Rel. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013).

Em relação ao direito ao esquecimento, o STJ decidiu que, conforme o artigo 748 do Código de Processo Penal (BRASIL, 1940), qualquer acusado, absolvido ou não, tem o direito de ser esquecido, para que não permaneçam com o estigma social de criminoso. Com o objetivo de melhor entender sobre como se deu a ponderação entre a liberdade de imprensa e os direitos da personalidade, em cujo rol se inclui o direito ao esquecimento, é cabível transcrever alguns trechos da ementa do Acórdão:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE IMPRENSA VS. DIREITOS DA PERSONALIDADE. LITÍGIO DE SOLUÇÃO TRANSVERSAL. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DOCUMENTÁRIO EXIBIDO EM REDE NACIONAL. LINHA DIRETA-JUSTIÇA. SEQUÊNCIA DE HOMICÍDIOS CONHECIDA COMO CHACINA DA CANDELÁRIA. REPORTAGEM QUE REACENDE O TEMA TREZE ANOS DEPOIS DO FATO. VEICULAÇÃO INCONSENTIDA DE NOME E IMAGEM DE INDICIADO NOS CRIMES. ABSOLVIÇÃO POSTERIOR POR NEGATIVA DE AUTORIA. DIREITO AO ESQUECIMENTO DOS CONDENADOS QUE CUMPRIRAM PENA E DOS ABSOLVIDOS. ACOLHIMENTO. DECORRÊNCIA DA PROTEÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DAS LIMITAÇÕES POSITIVADAS À ATIVIDADE INFORMATIVA. PRESUNÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PESSOA. PONDERAÇÃO DE VALORES. PRECEDENTES DE DIREITO COMPARADO.

(...) 2. Nos presentes autos, o cerne da controvérsia passa pela ausência de contemporaneidade da notícia de fatos passados, que reabriu antigas feridas já superadas pelo autor e reacendeu a desconfiança da sociedade quanto à sua índole. O autor busca a proclamação do seu direito ao esquecimento, um direito de não ser lembrado contra sua vontade, especificamente no tocante a fatos desabonadores, de natureza criminal, nos quais se envolveu, mas que, posteriormente, fora inocentado. 3. No caso, o julgamento restringe-se a analisar a adequação do direito ao esquecimento ao ordenamento jurídico brasileiro, especificamente para o caso de publicações na mídia televisiva, porquanto o mesmo debate ganha contornos bem diferenciados quando transposto para internet, que desafia soluções de índole técnica, com atenção, por exemplo, para a possibilidade de compartilhamento de informações e circulação internacional do conteúdo, o que pode tangenciar temas sensíveis,

como a soberania dos Estados-nações. (...) 5. Há um estreito e indissolúvel vínculo entre a liberdade de imprensa e todo e qualquer Estado de Direito que pretenda se autoafirmar como democrático. Uma imprensa livre galvaniza contínua e diariamente os pilares da democracia, que, em boa verdade, é projeto para sempre inacabado e que nunca atingirá um ápice de otimização a partir do qual nada se terá a agregar. Esse processo interminável, do qual não se pode descurar - nem o povo, nem as instituições democráticas -, encontra na imprensa livre um vital combustível para sua sobrevivência, e bem por isso que a mínima cogitação em torno de alguma limitação da imprensa traz naturalmente consigo reminiscências de um passado sombrio de descontinuidade democrática. 6. Não obstante o cenário de perseguição e tolhimento pelo qual passou a imprensa brasileira em décadas pretéritas, e a par de sua inegável virtude histórica, a mídia do século XXI deve fincar a legitimação de sua liberdade em valores atuais, próprios e decorrentes diretamente da importância e nobreza da atividade. Os antigos fantasmas da liberdade de imprensa, embora deles não se possa esquecer jamais, atualmente, não autorizam a atuação informativa desprendida de regras e princípios a todos impostos. (...) 12. Assim como é acolhido no direito estrangeiro, é imperiosa a aplicabilidade do direito ao esquecimento no cenário interno, com base não só na principiologia decorrente dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, mas também diretamente do direito positivo infraconstitucional. A assertiva de que uma notícia lícita não se transforma em ilícita com o simples passar do tempo não tem nenhuma base jurídica. O ordenamento é repleto de previsões em que a significação conferida pelo Direito à passagem do tempo é exatamente o esquecimento e a estabilização do passado, mostrando-se ilícito sim reagitar o que a lei pretende sepultar. Precedentes de direito comparado. (...) 16. Com efeito, o reconhecimento do direito ao esquecimento dos condenados que cumpriram integralmente a pena e, sobretudo, dos que foram absolvidos em processo criminal, além de sinalizar uma evolução cultural da sociedade, confere concretude a um ordenamento jurídico que, entre a memória que é a conexão do presente com o passado e a esperança que é o vínculo do futuro com o presente, fez clara opção pela segunda. E é por essa ótica que o direito ao esquecimento revela sua maior nobreza, pois afirma-se, na verdade, como um direito à esperança, em absoluta sintonia com a presunção legal e constitucional de regenerabilidade da pessoa humana. 17. Ressalvam-se do direito ao esquecimento os fatos genuinamente históricos - historicidade essa que deve ser analisada em concreto -, cujo interesse público e social deve sobreviver à passagem do tempo, desde que a narrativa desvinculada dos envolvidos se fizer impraticável (...) 21. Recurso especial não provido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp 1334097/RJ. Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Rel. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013).

Da leitura do acórdão completo, mesmo tendo sido prolatado em 2013, verifica-se que o STJ já demonstrou preocupação com o fenômeno cada vez mais atual da hiper informação, pois um dos seus danos colaterais consiste na progressiva eliminação entre as esferas do público e do privado. Desse modo, algumas reflexões se fazem necessárias para que, nos casos concretos, se apresentem soluções protetivas da pessoa humana. Além disso, o jornalismo

policial deve ser objeto de maior cautela, pois não se deve confundir interesse público com interesse do público, o qual, muitas vezes, é guiado por sentimento de vingança privada.

Assim, dentre outras ponderações, a Corte Superior reconheceu o direito ao esquecimento como uma forma de corrigir inquéritos e processos judiciais explorados indevidamente pela mídia, fundamentado na ideia da temporalidade do Direito já analisada, pois ela estabiliza o passado e confere segurança jurídica ao futuro. Ademais, é importante registrar que o caso aqui analisado possui importância singular, pois a ausência de regulamentação do direito ao esquecimento não foi óbice para a sua efetivação concreta. Ao revés, a decisão proferida seguiu a evolução jurisprudencial já vista em âmbito mundial e destacou como o instituto do esquecimento abarca interesses que vão muito além da tutela dos tradicionais direitos ligados à privacidade. Ressalta-se, por fim, que o método da anonimização seria capaz de proteger o autor contra a ingerência indevida provocada pela Rede Globo. Afinal, o crime e suas implicações seriam narrados sem a utilização da imagem e do nome de um sujeito que já fora prejudicado por uma acusação indevida.

No mais, um outro caso paradigmático no Brasil que envolveu o direito ao esquecimento se refere à transmissão televisiva do assassinato da jovem Aida Curi, também no programa Linha Direta, 50 anos após a sua morte. Aida Jacob Curi era filha de um casal de imigrantes sírios e tinha apenas 18 anos quando foi brutalmente assassinada. Consta que, no dia 14 de julho de 1958, ela e a sua colega Ione Arruda Gomes, ao saírem de uma aula do curso de datilografia na Escola Remington, no Rio de Janeiro, foram abordadas por dois jovens: Ronaldo Guilherme de Souza Castro e Cássio Murilo Ferreira, sendo este último menor de idade.

Na ocasião, um deles tentou iniciar um diálogo ao jogar algumas chaves no chão e perguntar se pertencia a alguma das meninas. Porém, diante do distanciamento de Aida e da sua manifestação em não querer conversar, eles resolveram pegar alguns de seus pertences – incluindo a sua bolsa, o que a impediria de pegar o dinheiro destinado ao ônibus que a levaria até sua residência. Assim, tentando recuperar seus objetos pessoais, ela seguiu os rapazes até a recepção de um prédio denominado Rio Nobre, quando foi puxada por eles para dentro do elevador. Lá, foi levada até o 12º andar do edifício e, no apartamento 1201, ainda em construção, acabou por perder os sentidos em uma luta contra os seus agressores. Apesar disso, foi levada por eles até o último andar do prédio e teve o seu corpo lançado ao chão da Avenida Atlântica (BAYER, 2015).

Ademais, é importante consignar a versão da defesa: tanto Ronaldo quanto Cássio aduziram que Aida subiu espontaneamente ao terraço e que, estando lá, ao tentarem despi-la, ela mesmo se jogou ao chão, praticando suicídio. Ressalta-se, porém, a presença de um terceiro



envolvido, qual seja, o porteiro Antônio João de Souza, que teria presenciado todo o ocorrido ao se esconder atrás de uma caixa d'água. Neste ponto, é importante registrar que o crime objeto da presente análise foi marcado por uma investigação e um processo conturbados, especialmente levando-se em conta que o menor envolvido era enteado de um coronel do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o qual também era síndico do prédio onde ocorreu o delito. Em razão disso, a pressão da mídia e do público foram essenciais ao deslinde do feito (BAYER, 2015).

A imprensa questionava, por exemplo, o motivo de a perícia só ter sido comunicada 03 horas após a consumação do crime. No mais, o laudo cadavérico realizado pelo IML constatou que não houve abuso sexual e que Aida morreu virgem – o que foi essencial para obstar as teses da defesa que tentavam, à época, desabonar a honra e a moral da vítima e enquadrar os fatos como suicídio. Além disso, o próprio perito Seraphim da Silva Pimentel descartou expressamente a hipótese de suicídio, afirmando que ela foi brutalmente agredida, inclusive tendo suas vestes rasgadas, bem como marcas, contusões e ferimentos profundos em seu corpo. Contudo, esse perito acabou sendo substituído por alguém ligado à família de um dos acusados (BAYER, 2015).

Os três envolvidos foram denunciados por homicídio doloso, tentativa de estupro e atentado violento ao pudor. Contudo, para o desagrado de boa parte da população e da imprensa, em fevereiro de 1959, Ronaldo foi considerado inocente de todas as acusações. Diante das inúmeras contestações dirigidas à essa decisão, o Conselho de Justiça optou por anulá-la. Assim, quando do segundo julgamento, Ronaldo foi condenado a trinta e sete anos de prisão e o porteiro Antônio a trinta anos. Cássio, por sua vez, foi encaminhado ao Sistema de Assistência ao Menor. Contudo, agregando mais drama ao caso, surgiu após o veredicto uma nova prova, de natureza testemunhal: uma senhora, chamada Lecy Gomes Lopes, alegou que viu o jovem Ronaldo com uma suposta namorada na orla da praia no mesmo instante em que aconteceu a morte de Aida – isto é, quando seu corpo caiu na avenida Atlântica (BAYER, 2015).

Em razão disso, um novo julgamento foi realizado e tanto Ronaldo quanto João foram absolvidos. Contudo, dada a contradição do depoimento da testemunha supracitada com o das partes, bem como a dúvida fundada de que o pai de Ronaldo, Edgard Castro, teria contratado um álibi para o filho, o Ministério Público conseguiu a anulação do julgamento. Desta vez, Ronaldo foi condenado por homicídio simples e tentativa de estupro, cuja pena restou consignada em oito anos e nove meses de prisão, enquanto Antônio desapareceu após o segundo julgamento, e até o presente momento não se tem notícias acerca do seu paradeiro (BAYER, 2015).



Diante da complexidade dos acontecimentos acima narrados, não é de se estranhar que um programa de televisão de cunho investigativo, tal como o Linha Direta, transmitido pela Rede Globo, tenha se interessado em fazer uma reportagem especial sobre o crime que resultou na morte da jovem Aida Curi, com direito à simulação dos fatos, entrevistas com algumas das amigas da vítima e a exposição das principais circunstância que marcaram a investigação e o processo criminal.

Contudo, os irmãos da vítima (Nelson, Roberto, Waldir e Mauricio) ingressaram com uma ação de reparação de danos em face da Rede Globo, sob o fundamento de que a reportagem teria aberto feridas ao explorar comercialmente a imagem de Aida. Ademais, assim como aconteceu com o caso referente à Chacina da Candelária, eles foram comunicados anteriormente sobre a existência de um episódio no programa que contaria a morte de Aida, e se manifestaram contra tal veiculação.

Alegaram que o dano moral resta configurado na ilicitude do ato praticado pela emissora, consistente em transmitir informações sobre um crime ocorrido há mais de 50 anos, tendo, inclusive, enriquecido às custas de uma tragédia familiar, em razão dos lucros auferidos pela audiência (REsp. nº. 1.335.153-RJ).

Contudo, tanto em instância ordinária quanto em sede de recurso dirigido ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o pleito dos autores foi julgado improcedente, sob o fundamento de que a livre expressão da atividade de comunicação só deveria ser limitada quando houvesse o intuito de atingir a honra da pessoa retratada ou quando seus elementos de identificação fossem utilizados para fins comerciais. Ademais, a 47ª Vara Cível do Rio de Janeiro consignou que os fatos eram de conhecimento público e que, muitas vezes, o esquecimento não é o caminho, pois é necessário alertar as novas gerações sobre seus modos de conduta (REsp. nº. 1.335.153-RJ).

Após o exposto acima, o caso chegou ao Superior Tribunal de Justiça, por meio do Resp nº 1.335.153-RJ. A 4ª Turma do Tribunal Superior, sob a relatoria do ministro Luis Felipe Salomão (o mesmo do caso da Chacina da Candelária), ao ponderar sobre qual direito fundamental deveria prevalecer no caso concreto – direito à informação em contraponto ao direito à honra, à intimidade e à imagem, dos quais decorre o direito ao esquecimento -, negou provimento ao recurso impetrado pelos irmãos de Aida.

Na fundamentação, a Corte entendeu que a remontagem dos fatos não se deu de forma vexatória ou humilhante à vítima. Além disso, quanto aos argumentos dos autores de que a divulgação da imagem de Aida possuía como intuito a aferição de lucros, os ministros consignaram que apenas foi utilizada uma imagem fotográfica verdadeira da jovem, sendo a

maior parte do documentário composto por simulações, isto é, cenas gravadas por atores. Ainda, registrou que o lapso temporal entre a ocorrência do crime e a transmissão do programa teria ajudado a diminuir a dor e o abalo emocional que envolviam o caso. Por fim, mesmo reconhecendo a importância do direito ao esquecimento, alavancou a tese de que ele deve ser utilizado de forma restrita, proporcional e casuística, e que o seu reconhecimento não importa, necessariamente, no dever de indenizar, conforme se vê a seguir:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE IMPRENSA VS. DIREITOS DA PERSONALIDADE. LITÍGIO DE SOLUÇÃO TRANSVERSAL. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DOCUMENTÁRIO EXIBIDO EM REDE NACIONAL. LINHA DIRETA-JUSTIÇA. HOMICÍDIO DE REPERCUSSÃO NACIONAL OCORRIDO NO ANO DE 1958. CASO "AIDA CURTI". VEICULAÇÃO, MEIO SÉCULO DEPOIS DO FATO, DO NOME E IMAGEM DA VÍTIMA. NÃO CONSENTIMENTO DOS FAMILIARES. DIREITO AO ESQUECIMENTO. ACOLHIMENTO. NÃO APLICAÇÃO NO CASO CONCRETO. RECONHECIMENTO DA HISTORICIDADE DO FATO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE DESVINCULAÇÃO DO NOME DA VÍTIMA. ADEMAIS, INEXISTÊNCIA, NO CASO CONCRETO, DE DANO MORAL INDENIZÁVEL. VIOLAÇÃO AO DIREITO DE IMAGEM. SÚMULA N. 403/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. 1. Avulta a responsabilidade do Superior Tribunal de Justiça em demandas cuja solução é transversal, interdisciplinar, e que abrange, necessariamente, uma controvérsia constitucional oblíqua, antecedente, ou inerente apenas à fundamentação do acolhimento ou rejeição de ponto situado no âmbito do contencioso infraconstitucional, questões essas que, em princípio, não são apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal. 2. Nos presentes autos, o cerne da controvérsia passa pela ausência de contemporaneidade da notícia de fatos passados, a qual, segundo o entendimento dos autores, reabriu antigas feridas já superadas quanto à morte de sua irmã, Aida Curi, no distante ano de 1958. Buscam a proclamação do seu direito ao esquecimento, de não ter revivida, contra a vontade deles, a dor antes experimentada por ocasião da morte de Aida Curi, assim também pela publicidade conferida ao caso décadas passadas. 3. Assim como os condenados que cumpriram pena e os absolvidos que se envolveram em processo-crime (REsp. n. 1.334/097/RJ), as vítimas de crimes e seus familiares têm direito ao esquecimento - se assim desejarem -, direito esse consistente em não se submeterem a desnecessárias lembranças de fatos passados que lhes causaram, por si, inesquecíveis feridas. Caso contrário, chegar-se-ia à antipática e desumana solução de reconhecer esse direito ao ofensor (que está relacionado com sua ressocialização) e retirá-lo dos ofendidos, permitindo que os canais de informação se enriqueçam mediante a indefinida exploração das desgraças privadas pelas quais passaram. 4. Não obstante isso, assim como o direito ao esquecimento do ofensor - condenado e já penalizado - deve ser ponderado pela questão da historicidade do fato narrado, assim também o direito dos ofendidos deve observar esse mesmo parâmetro. Em um crime de repercussão nacional, a vítima - por torpeza do destino - frequentemente se torna elemento indissociável do delito, circunstância que, na generalidade das vezes, inviabiliza a narrativa do crime caso se pretenda omitir a figura do ofendido. 5. Com efeito, o direito ao esquecimento que ora se reconhece para todos, ofensor e ofendidos, não

alcança o caso dos autos, em que se reviveu, décadas depois do crime, acontecimento que entrou para o domínio público, de modo que se tornaria impraticável a atividade da imprensa para o desiderato de retratar o caso Aida Curi, sem Aida Curi. 6. É evidente ser possível, caso a caso, a ponderação acerca de como o crime tornou-se histórico, podendo o julgador reconhecer que, desde sempre, o que houve foi uma exacerbada exploração midiática, e permitir novamente essa exploração significaria conformar-se com um segundo abuso só porque o primeiro já ocorrera. Porém, no caso em exame, não ficou reconhecida essa artificiosidade ou o abuso antecedente na cobertura do crime, inserindo-se, portanto, nas exceções decorrentes da ampla publicidade a que podem se sujeitar alguns delitos. 7. Não fosse por isso, o reconhecimento, em tese, de um direito de esquecimento não conduz necessariamente ao dever de indenizar. Em matéria de responsabilidade civil, a violação de direitos encontra-se na seara da ilicitude, cuja existência não dispensa também a ocorrência de dano, com nexos causal, para chegar-se, finalmente, ao dever de indenizar. No caso de familiares de vítimas de crimes passados, que só querem esquecer a dor pela qual passaram em determinado momento da vida, há uma infeliz constatação: na medida em que o tempo passa e vai se adquirindo um "direito ao esquecimento", na contramão, a dor vai diminuindo, de modo que, relembrar o fato trágico da vida, a depender do tempo transcorrido, embora possa gerar desconforto, não causa o mesmo abalo de antes. 8. A reportagem contra a qual se insurgiram os autores foi ao ar 50 (cinquenta) anos depois da morte de Aida Curi, circunstância da qual se conclui não ter havido abalo moral apto a gerar responsabilidade civil. Nesse particular, fazendo-se a indispensável ponderação de valores, o acolhimento do direito ao esquecimento, no caso, com a consequente indenização, consubstancia desproporcional corte à liberdade de imprensa, se comparado ao desconforto gerado pela lembrança. 9. Por outro lado, mostra-se inaplicável, no caso concreto, a Súmula n. 403/STJ. As instâncias ordinárias reconheceram que a imagem da falecida não foi utilizada de forma degradante ou desrespeitosa. Ademais, segundo a moldura fática traçada nas instâncias ordinárias - assim também ao que alegam os próprios recorrentes -, não se vislumbra o uso comercial indevido da imagem da falecida, com os contornos que tem dado a jurisprudência para franquear a via da indenização. 10. Recurso especial não provido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp 1335153/RJ. Recorrente: Nelson Curi e outros. Recorrido: Globo Comunicações e Participações S/A. Rel. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013).

Insurgindo-se contra a decisão acima, foi interposto recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), sob o nº 1.010.606/RJ, cuja relatoria foi do ministro Dias Toffoli. Na Suprema Corte, foi reconhecida a repercussão geral sobre o caso, a fim de analisar a aplicabilidade do direito ao esquecimento e a possibilidade de familiares da vítima reivindicarem tal direito quando violado. Em que pese ter sido incluído na pauta de julgamentos no dia 30 de setembro de 2020, não foi apreciado por conta do andamento dos outros processos. Assim, novo julgamento foi marcado para o dia 03 de fevereiro de 2021, cuja conclusão só ocorreu no dia 11 de fevereiro desse mesmo ano.

Na ocasião, o Tribunal Pleno firmou a seguinte tese:



O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 786 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário e indeferiu o pedido de reparação de danos formulado contra a recorrida, nos termos do voto do Relator, vencidos parcialmente os Ministros Nunes Marques, Edson Fachin e Gilmar Mendes. Em seguida, por maioria, foi fixada a seguinte tese: “É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais - especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral - e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível”, vencidos o Ministro Edson Fachin e, em parte, o Ministro Marco Aurélio. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 11.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Os motivos pelos quais se discorda da decisão acima e dos seus fundamentos serão melhor analisados ao longo do trabalho, mas é importante registrar que os dois casos aqui vistos continuam sendo referências quando se trata do estudo sobre o direito ao esquecimento no Brasil. Além disso, como a repercussão geral foi reconhecida em um caso cuja suposta violação ao direito ao esquecimento se deu no âmbito televisivo, não se pode dizer que a tese dos que defendem esse direito foi completamente obstaculizada, pois o advento da internet modificou o seu conceito e a forma de aplicá-lo.

Um outro aspecto interessante é o de que esses dois casos explicitados tiveram como objetivo uma certa compensação a esse direito que alegaram já estar violado. Ademais, o prolongamento das respectivas ações judiciais no tempo ajudou a estender o sofrimento que as vítimas e seus familiares gostariam de esquecer, além de ter contribuído com o efeito reverso, qual seja, dá mais destaque ao caso objeto do respectivo processo. Tal circunstância é conhecida como “Efeito Barbara Streisand”, visto que, em 2003, essa cantora norte-americana processou o fotógrafo Keneth Adelman e o website “pictopia.com”, em razão de uma fotografia aérea publicada nesse meio, na qual se via a mansão em que residia Barbara. Contudo, após a protocolização da demanda e da veiculação de notícias a seu respeito, a foto passou a ser acessada por milhares de pessoas, além de ter sido republicada em outros websites (LOUBACK, 2019). No Brasil, uma alternativa a essas situações se encontra prevista no artigo 189, inciso III, do CPC, consistente na formulação do pedido de segredo de justiça pelo autor da ação.



2.4 A repercussão do entendimento do STF no ordenamento jurídico brasileiro

Ao destrinchar o julgamento do Guardião da Constituição Federal de 1988, no Recurso Extraordinário nº 1010606/RJ, sobre o direito ao esquecimento na seara cível, se observa que os 09 (nove) votos contrários a esse direito foram proferidos pelos ministros Dias Toffoli (relator do caso), Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski, Carmen Lucia, Gilmar Mendes e Luis Fux. Assim, o único voto favorável foi do ministro Edson Fachin, sendo que o ministro Luis Roberto Barroso se declarou suspeito e desistiu de votar (RODAS, 2021).

Em seu voto, o relator Dias Toffoli consignou que a liberdade de expressão deve ser tratada como um direito preferencial (RE 1010606/RJ). Dessa forma:

A previsão ou aplicação de um direito ao esquecimento afronta a liberdade de expressão. A existência de um comando jurídico que eleja a passagem do tempo como restrição à divulgação de informação verdadeira, lícitamente obtida e com adequado tratamento dos dados nela inseridos, precisa estar previsto em lei, de modo pontual, clarividente e sem anulação da liberdade de expressão. Não pode, ademais, ser fruto apenas de ponderação judicial. Parece-me que, admitir um direito ao esquecimento, seria uma restrição excessiva e peremptória às liberdades de expressão e de manifestação de pensamento dos autores e ao direito que todo cidadão tem de se manter informado a respeito de fatos relevantes da história social. Ademais, tal possibilidade equivaleria a atribuir, de forma absoluta e em abstrato, maior peso aos direitos à imagem e à vida privada, em detrimento da liberdade de expressão, compreensão que não se compatibiliza com a ideia de unidade da Constituição. Plenário, 11.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Contudo, deve-se ter em vista de que não existem direitos fundamentais absolutos, pois, do contrário, não teria sentido a elaboração da técnica de ponderação de interesses em conflito, conforme análise a ser feita no próximo capítulo, mas consistente na busca pela compatibilização de direitos de igual importância em abstrato, cujo grau de aplicação de cada um dependerá dos interesses envolvidos no caso concreto. Assim, não é razoável estabelecer, a priori, que um direito se sobrepõe ao outro. Nesse sentido, têm-se o entendimento antigo, mas respeitado, do ministro Celso de Mello:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O

estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas - e considerado o substrato ético que as informa - permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros. (BRASIL. STF, Tribunal Pleno, MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, j. 16/09/1999, DJ 12/05/2000).

Em relação ao argumento de que, para os defensores do direito ao esquecimento, o transcurso do tempo seria uma restrição à divulgação de informações verdadeiras, se observa um entendimento simplista e desatualizado sobre o que se refere esse direito e quais são os critérios analisados para a sua aplicação, já que o decurso dos anos não tem o condão de, por si só, servir para a restrição da liberdade de expressão.

Por fim, no que tange ao caso em si, o ministro relator votou pelo indeferimento do pedido de reparação de danos formulado pelos irmãos de Aida Curi. Neste ponto, abordou o fato de que, mesmo tendo se passado mais de 60 (sessenta) anos da morte de Aida, as mulheres brasileiras continuam sendo desrespeitadas em seus mais diversos direitos, inclusive no direito à vida (o que pode ser constatado pelos altos números de feminicídio ainda presentes). Assim, entendeu que o contexto de brutalidade do crime em análise o tornaria objeto de documentação social e jornalística e que eventual lucro na divulgação dos fatos não deve ser entendido como violador dos direitos da personalidade. No mais, quanto ao sofrimento vivenciado pelos familiares da vítima, ressaltou que essa dor não pode ser imputada ao programa televisivo (RE 1010606).

Analisando os demais votos, têm-se que o ministro Kassio Nunes reconheceu o direito à indenização por dano moral pelos familiares da vítima, pois entendeu que o nome de Aida Curi foi trazido à tona de forma despropositada. Porém, afirmou que o direito ao esquecimento precisaria ser institucionalizado para ser aplicado (RE 1010606). Ora, se a própria Constituição Federal reconhece que os direitos que visam tutelar a pessoa humana não são taxativos, alegar que o direito ao esquecimento não existe por não estar disciplinado em lei é ir de encontro ao que dispõe a nossa Carta Magna.

Por sua vez, o ministro Alexandre de Moraes consignou que o reconhecimento do direito ao esquecimento de forma ampla, genérica e abstrata traz presente o traço da censura prévia (RE 1010606). Em que pese também ter registrado que a liberdade de informação deve ser feita com responsabilidade, o seu entendimento não deve prosperar, pois, com o estabelecimento de parâmetros adequados, a exemplo do interesse público na disponibilização da informação, o direito ao esquecimento também visa essa prudência informativa por ele defendida.



Em relação a Rosa Weber e a Carmen Lucia, constata-se que o entendimento das duas ministras se assemelha. A primeira destacou que, no caso em análise, submeter a produção televisiva à autorização dos familiares da vítima acarretaria uma indevida ingerência na proteção à liberdade de pensamento e de expressão. Por sua vez, a última demonstrou preocupação com o fato de o Brasil ser um país de “desmemória” e que o reconhecimento do direito ao esquecimento é um desaforo jurídico à geração que lutou por lembrar (RE 1010606). Ou seja, também alicerçadas no entendimento de que o instituto do direito ao esquecimento traduz censura, optaram pelo seu não reconhecimento na seara cível. Porém, com a devida vênia, insistir nesse argumento demonstra uma análise superficial sobre os estudos mais recentes acerca do direito ao esquecimento e da sua atual proposta de definição, consistente na representação atualizada e contextualizada de cada indivíduo.

Em seguida, Lewandowski afirmou que o direito ao esquecimento só pode ser apurado casuisticamente, em razão de não ser um direito jurídico autônomo e independente (RE 1010606). Já Gilmar Mendes votou no sentido de a matéria jornalística ter extrapolado o direito de informar e que, em virtude disso, os familiares de Aida deveriam receber indenização por dano moral. Contudo, em relação ao direito ao esquecimento, apenas afirmou sobre a necessidade de se aplicar a técnica da concordância prática entre os direitos à privacidade e a liberdade de informação (RE 1010606). No mais, de forma sucinta, Marco Aurélio apenas ressaltou a liberdade de expressão para a democracia e entendeu que o programa televisivo retratou a tragédia de forma jornalística (RE 1010606). Por fim, Luiz Fux afirmou ser inegável que o direito ao esquecimento é decorrência lógica da tutela da dignidade da pessoa humana e que ele não pode servir para obstaculizar o acesso ao passado e para reescrever a história. Porém, no caso concreto, considerou que a tragédia vivenciada pela vítima é um fato histórico de importância pedagógica, visto que retrata um feminicídio (RE 1010606).

Ou seja, apesar do que propõe a tese firmada, se percebe, na análise dos votos de cada ministro, que ainda é possível defender a existência do denominado direito ao esquecimento. Porém, ao contrário dos entendimentos acima explicitados, aqui se defende que tal direito visa proteger o desenvolvimento de cada indivíduo e que regulá-lo por meio de cláusulas gerais se mostra pertinente, com o objetivo de que a jurisprudência seja mais uniforme e não haja uma confusão conceitual com os postulados da proteção à privacidade. Afinal, o direito ao esquecimento deve ser visto e estudado de forma autônoma, pois, embora decorra dos direitos fundamentais já analisados neste capítulo, a eles não se subordina. Quanto ao caso em tela, apesar do sensacionalismo que envolveu a transmissão a seu respeito no programa Linha Direta, o ministro Edson Fachin consignou que o direito ao esquecimento não merece guarida na

situação concreta – o que não significa que tal direito não mereça ser resguardado em outras hipóteses, tal como o STJ havia entendido quando da análise do caso:

Em primeiro lugar, a informação veiculada faz parte de um amplo acervo público de notícias de jornais e revistas, e de trabalhos acadêmicos com finalidade puramente científica. Tratando-se, portanto, de materiais essencialmente públicos, e considerando-se que o programa “Linha Direta Justiça” deles se serviu, em larga medida, é razoável compreender que as expectativas de privacidade do requerente se veem diminuídas. Em segundo lugar, o caso Aída Curi assume uma incontornável dimensão histórica. Por um lado, ele é o retrato de seu tempo, de suas contradições e de seus problemas. Por outro, ele conecta passado e futuro ao referir uma realidade de violência contra a mulher que, em muitos sentidos, ainda é tristemente a nossa. O interesse histórico e jornalístico é assim preservado. Em meu entender, o fato de que o recurso narrativo empregado pela requerida tenha sido o de reconstruir certas passagens através de dispositivos cênicos não comporta excesso no exercício da liberdade de expressão. Em terceiro lugar, o relato produzido pela requerida não profana o núcleo essencial dos direitos da personalidade dos requerentes. Não tendo ficado caracterizado, nos autos, um dano substancial à memória da vítima e de seus familiares, entende-se que o programa exibido se manteve na seara própria de discussão pública do caso (...) Plenário, 11.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Em razão de os ministros não terem seguido a divergência de que o direito ao esquecimento não se reduz aos tradicionais direito à privacidade, à honra e à proteção de dados, entende-se que o STF perdeu uma oportunidade ao não reconhecer a existência do direito ao esquecimento como um todo e a sua compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, diante do fato de que o julgamento aqui em análise foi proferido em sede de repercussão geral, têm-se que esse entendimento vinculará os demais órgãos do Poder Judiciário em casos semelhantes.

Porém, a tese do direito ao esquecimento não foi integralmente solucionada. Afinal, como ficarão os casos relacionados a violações cometidas na internet, quando o indivíduo pleiteia pela desindexação ou remoção de determinados conteúdos? Da mesma forma, na linha do que fora registrado pelo ministro Fachin, defender que eventuais abusos no exercício da liberdade de expressão apenas devem ser solucionados a partir dos parâmetros da proteção da honra, da imagem e da personalidade em geral, se mostra incompatível com o compromisso dos Poderes Republicanos em promover a dignidade da pessoa humana. Assim, mesmo não concordando que um direito fundamental é abstratamente superior a outro, seria de maior valia a regulação da proposta de tese formulada pelo supracitado ministro:



(...) têm a liberdade de expressão e o direito à informação precedência sobre o direito ao esquecimento, independentemente do transcurso do tempo, cedendo a essa primazia a pretensão de vítimas ou familiares, quando se verificar interesse transindividual, ou a natureza pública da informação, ou o alto grau de relevância histórica ou importância da memória, sendo aquele direito, nesses limites, compatível com a Constituição que alberga a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/88), o direito à privacidade, a honra e a imagem (art. 5º, X, CRFB/88) e o direito à autodeterminação (art. 5º, XII, CRFB/88). Plenário, 11.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Objetivando responder à pergunta formulada no parágrafo acima, deve-se analisar no que consiste a teoria dos precedentes, pois, quando se fala em decisões proferidas em sede de repercussão geral, significa que o STF possui a competência de apreciar e julgar questões constitucionais relevantes, cujo deslinde ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Assim, em razão da relevância social, política, econômica ou jurídica sob análise, as decisões proferidas nessas circunstâncias possuem eficácia contra todos e efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário, como visto acima. Isto é, a partir de uma única decisão, processos idênticos são atingidos.

No caso em análise, independentemente das suas particularidades, também deve-se ter ciência de que o debate travado não se restringiu aos programas televisivos, abarcando, por consequência, os mais diversos meios de veiculação de informações (inclusive os digitais). Contudo, não foi realizado um debate sobre as nuances que envolvem a internet. Isto é, não se falou sobre os mecanismos de tutela do direito ao esquecimento no âmbito virtual, como a técnica da edição de conteúdo – aplicável quando a informação publicada expõe detalhes pessoais que não são relevantes para a compreensão da notícia em si.

De acordo com Victor Marcel Pinheiro (2021), é necessário estabelecer algumas premissas para compreender, de qual forma, o entendimento firmado pelo STF é vinculante. Inicialmente, deve-se diferenciar “*ratio decidendi*” de tese jurídica, pois “as *ratio decidendi* são as regras jurídicas efetivamente utilizadas para a resolução das questões em uma decisão judicial; já as teses nada mais são do que o enunciado textual que deve espelhar fielmente a *ratio*”. Ainda, acrescentou que a separação funcional entre jurisdição e legislação deve ser preservada por meio dessa diferenciação, e que o que vincula os demais órgãos judiciários é a *ratio decidendi*, e não a tese decorrente dela.

Mas, afinal, no que consiste essa razão de decidir? Em termos literais, significa a “fundamentação da decisão”, a “justificativa da decisão” e/ou os “motivos determinantes da decisão”. Na prática, “é uma proposição de direito necessária para a decisão” (TERESA,

Arruda, p. 33, 2010). Porém, os elementos fáticos considerados pelo julgador também fazem parte da *ratio decidendi*. Assim, os estudiosos do Direito devem avaliar inteiramente a parte dos fundamentos de qualquer pronunciamento judicial para se chegar ao conhecimento de quais elementos a Corte considerou relevantes.

Ou seja, a partir da interpretação das normas jurídicas, o Tribunal edita determinado precedente. Por sua vez, a *ratio decidendi* deste precedente condiciona o conteúdo da tese a ser fixada pelo mesmo Tribunal. Porém, os motivos determinantes da decisão podem ser afastados por meio da técnica do *distinguish* quando um caso posterior, também submetido a análise jurisdicional, apresentar peculiaridades que demonstram que a *ratio* do precedente não deve ser aplicada a ele. Mais precisamente, “não basta apontar qualquer dessemelhança fática entre os casos, mas justificar o porquê de as circunstâncias presentes não justificarem a incidência da *ratio* à luz dos argumentos utilizados no precedente” (PINHEIRO, 2021).

Todavia, como se viu acima, na formulação dos fundamentos de seus votos, os ministros não incluíram os instrumentos de tutela do direito ao esquecimento na internet, a exemplo da desindexação e da anonimização, consistentes na remoção de um link presente no resultado de determinado pesquisa e na técnica de processamento de dados que impossibilita a identificação de uma pessoa, respectivamente. Assim, como não é possível afirmar que a Corte Suprema examinou e se posicionou sobre essas questões, a *ratio decidendi* do acórdão do STF que aqui se analisa não incide nas ações de desindexação, por exemplo. No mais, mesmo que se pleiteie a proibição de veiculação de determinada informação no âmbito televisivo, situação na qual, em tese, a *ratio decidendi* não pode ser afastada, ainda é possível pensar na criação de uma regra de exceção, a depender da ponderação dos princípios envolvidos no caso concreto.

Porém, o que importa é concluir que a posição firmada pelo Supremo não sacrifica o direito ao esquecimento. Primeiramente, não se pode perder de vista que o seu atual entendimento pode ser superado por meio da técnica do *overruling*, a qual consiste na superação de um precedente que não encontra mais respaldo no ordenamento jurídico. Mas, enquanto isso, como o precedente instituído não vincula o Poder Legislativo, pois o contrário resultaria na fossilização do ordenamento jurídico, a regulação do direito ao esquecimento por meio de cláusulas gerais (já que faz parte do rol dos direitos da personalidade) se apresenta como medida de interesse à tutela da dignidade da pessoa humana. Afinal, afirmar que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal vai de encontro ao que vem se desenvolvendo no direito comparado e às próprias jurisprudências anteriores dos nossos Tribunais. Em suma, a decisão se apresenta como um retrocesso.



Por outro lado, tanto a definição de direito ao esquecimento quanto os aspectos considerados pelo STF demonstram que ainda há um espaço de lacuna e de insegurança jurídica. Em virtude disso, se afigura necessário continuar os estudos sobre esse instituto e apresentá-lo de forma atualizada e justa ao que realmente propõe, especialmente levando-se em conta o atual cenário dos provedores de buscas que perpetuam informações sobre as mais diversas pessoas.



3. (In)compatibilidades do direito ao esquecimento

Neste capítulo, se buscará discorrer em qual medida o direito ao esquecimento é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro. Isto é, a quais direitos e garantias fundamentais ele se alinha e auxilia a consagrar. Ademais, desde já deve-se ter em mente que o fato de poder entrar em conflito com os direitos relacionados à liberdade de informação e de expressão não significa que tais direitos não possam ser compatibilizados nos casos concretos.

3.1 Valores fundamentais

É necessário perpassar por alguns conceitos para se compreender qual a real importância do direito ao esquecimento, a começar pelo correspondente à dignidade da pessoa humana, posto que corresponde a valor jurídico fundamental e a vetor interpretativo no ordenamento jurídico brasileiro. O estudo da dignidade da pessoa humana deve ser encarado, visto que é imprescindível compreender com mais precisão em que consiste os direitos da personalidade e como deve ser feita a ponderação quando esses direitos conflitarem com as denominadas “liberdades públicas”, a exemplo das liberdades de manifestação e de expressão.

A dignidade humana, expressa no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), não é criação da ordem constitucional, sendo inclusive anterior a ela, mas o reconhecimento da sua tutela nesse meio faz com que o ser humano seja visto como o centro do nosso sistema jurídico. Dessa maneira, as normas elaboradas pelo legislador visam a proteção e a realização pessoal de cada indivíduo. Nesse sentido, Tepedino (1999, p.48) ensina que

A escolha da dignidade da pessoa humana como fundamento da República, associada ao objetivo fundamental de erradicação da pobreza e da marginalização, e de redução das desigualdades sociais, juntamente com a previsão do § 2º do art. 5º, no sentido da não exclusão de quaisquer direitos e garantias, mesmo que não expressos, desde que decorrentes dos princípios adotados pelo texto maior, configuram uma verdadeira cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, tomada como valor máximo pelo ordenamento.

Desse valor supremo decorrem os direitos à uma vida digna, à integridade física e psíquica, à liberdade, à igualdade, dentre outros. No mais, por ser considerada um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, impõe que o Estado e os particulares busquem a sua efetivação, ao mesmo tempo que estabelece restrições aos mesmos, com a intenção de fazer com que esse valor supremo seja conservado. Em razão disso, infere-se que as normas



relativas aos direitos da personalidade devem estar direcionadas à promoção da dignidade da pessoa humana, inclusive nas situações em que o legislador impõe limitações ao exercício desses direitos. Ademais, o próprio conceito de personalidade jurídica perpassa pela ideia de que devem ser reconhecidos ao indivíduo o mínimo de garantias e de direitos fundamentais.

Nesse mesmo sentido, Moraes (2003, p.41) conceitua a dignidade como

(...) um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos e a busca ao Direito à Felicidade.

A importância em se buscar uma melhor delimitação sobre o que consiste a dignidade da pessoa humana está no fato de que se trata de um valor comumente utilizado apenas como retórica, esvaziado em seu significado. Além disso, o que aqui se defende é que o direito ao esquecimento busca efetivar e proteger essa dignidade inerente a todo e qualquer indivíduo. Ora, como declarar incompatível com a nossa Carta Magna um direito que busca fazer com que ninguém se torne prisioneiro do seu próprio passado?

Ademais, é preciso traçar um panorama geral sobre direitos e garantias fundamentais (terminologia adotada pela Constituição Federal de 1988, em seu título II), pois estes representam uma categoria genérica, da qual decorre todas as espécies de direitos, a exemplo dos direitos civis individuais e coletivos, dos direitos sociais, dos direitos políticos, dos direitos de nacionalidade etc. Além disso, seu conceito perpassa por mutações ao longo da história e do desenvolvimento da democracia de cada país, o que é importante se ter em vista dado o contexto atual de desenvolvimento da internet e da onipresença de dados. Contudo, independentemente do tempo e do espaço, constituem direitos consagrados através das Constituições, mesmo que não disciplinados de maneira expressa.

Além desse aspecto formal, o critério material que permite identificar os direitos e as garantias fundamentais é a busca da proteção da dignidade da pessoa humana, afinal, o seu rol não se restringe ao artigo 5º da CRFB/88, podendo estar em outros dispositivos constitucionais ou implicitamente contido no regime e demais princípios consagrados pela Carta Magna, bem como decorrer dos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é consignatário. Em razão disso, o vetor da dignidade da pessoa humana, estudado acima, funciona como “o critério

unificador de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, ao qual todos os direitos do homem se reportam, em maior ou menor grau” (CUNHA JUNIOR, 2018, p.494).

Ainda assim, é preciso diferenciar direitos de garantias fundamentais. Rui Barbosa, ao analisar a Constituição de 1891, distinguiu

as disposições meramente declaratórias, que são as que imprimem existência legal aos direitos reconhecidos, e as disposições assecuratórias, que são as que, em defesa dos direitos, limitam o poder. Aquelas instituem os direitos, estas as garantias; ocorrendo não raro juntar-se, na mesma disposição constitucional, ou legal, a fixação das garantias, com a declaração do direito. (BARBOSA, 1978, p. 121, apud SILVA, 2005, p. 186).

Em outras palavras, os direitos são bens e valores tutelados pela norma constitucional, e as garantias são os instrumentos utilizados para o exercício desses mesmos direitos. Quanto ao direito ao esquecimento, a partir da análise dos casos estudados acima, é possível afirmar que a sua natureza é ambivalente, pois além de ser um direito passível de tutela jurisdicional, funciona como um instrumento para a efetivação de outros direitos fundamentais, bem como para o valor da dignidade da pessoa humana. Quanto à análise restrita aos direitos fundamentais, têm-se que outras expressões são utilizadas para designar esses mesmos direitos, como “direitos naturais”, “direitos humanos”, “direitos do homem”, “direitos individuais”, “direitos públicos subjetivos”, “liberdades fundamentais”, “liberdades públicas” e “direitos fundamentais do homem.”

Os direitos naturais, por exemplo, se referem aos direitos inatos do homem, em razão de sua natureza humana. Todavia, os direitos fundamentais, embora radicados nos direitos naturais, não se esgotam neles, pois estão positivados e são construídos historicamente, a partir das relações sociais que são traçadas. Já os direitos humanos estão contidos nas declarações e convenções de cunho internacional e, assim como os denominados direitos do homem, compreende que apenas os seres humanos são titulares de direitos.

Os direitos individuais remontam ao fenômeno intitulado por “individualismo”, consagrado nas declarações de direitos do século XVIII, cujo campo de proteção envolvia os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Em relação aos direitos públicos subjetivos, é importante trazer as palavras do professor José Afonso da Silva (2005, p. 176):

(...) constituem um conceito técnico-jurídico do Estado Liberal, preso, como a expressão “direitos individuais”, à concepção individualista do homem; por isso também se tornou insuficiente para caracterizar os direitos fundamentais. Direito subjetivo conceitua-se como prerrogativas estabelecidas de

conformidade com regras de Direito objetivo. Nesse sentido, seu exercício ou não, depende da simples vontade do titular, que deles pode dispor como melhor lhe parecer, até mesmo renunciá-los e transferi-los, além de serem prescritíveis, situações essas incompatíveis com os direitos fundamentais do homem.

Liberdades fundamentais, por sua vez, se referem, como o próprio nome sugere, apenas a alguns tipos de liberdades, enquanto liberdades públicas consistem em uma concepção semelhante às de direito individual e direito público subjetivo, além de não incluir no seu conceito os direitos econômicos e sociais.

Dessa forma, feitas tais considerações, têm-se que o termo “direitos fundamentais do homem” é o que mais se adequa a esse trabalho, pois envolve os limites estabelecidos pela soberania popular aos Poderes Estatais, bem como o fato de terem seus conteúdos enriquecidos ao longo da história. Ademais, atribuem situações jurídicas essenciais ao desenvolvimento de toda pessoa humana, respeitadas as igualdades formal e material. Ainda de acordo com José Afonso da Silva (2005, p. 178)

(...) além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas.

No que tange aos principais direitos que correspondem ao objeto do presente estudo, é importante registrar que a historicidade dos direitos fundamentais faz com que surja um fenômeno designado por “gerações ou dimensões de direitos”. Isto é, progressivamente, ao mesmo tempo que os direitos reconhecidos são considerados irrevogáveis, irrenunciáveis e irreversíveis, novos direitos se juntam a eles, complementando o rol dos direitos fundamentais, sem qualquer tipo de substituição e supressão.

Atualmente, considera-se que existem cinco dimensões ou gerações de direitos (CUNHA, 2017). Mas, o que nos interessa é a primeira dimensão/geração, composta pelos direitos civis e políticos, a exemplo da liberdade de expressão. Foram os primeiros direitos fundamentais expressos de forma solene nas primeiras constituições escritas. Em virtude de serem consequência do pensamento burguês e liberal da época (século XVIII), são marcados pela autonomia do indivíduo em relação ao Estado e pelas liberdades públicas, sendo o Ente Público apenas guardião dessas liberdades.

Ou seja, era vedada a interferência estatal nas relações do indivíduo com ele mesmo e com os outros – sendo por isso também denominados “direitos negativos”, exigíveis de

abstenção e de não atuação pelo Estado. Em razão disso, é perceptível uma certa resistência na defesa do direito ao esquecimento, pois ele se contrapõe a um direito tradicionalmente compreendido como intocável, qual seja, o direito à informação.

Neste ponto, é importante diferenciar os supracitados direitos da personalidade dos direitos fundamentais já analisados, além do fato de que os primeiros se encontram consagrados no plano infraconstitucional – no Brasil, estão disciplinados nos artigos 11 a 21 do Código Civil. Inicialmente, têm-se que a personalidade, anteriormente entendida como a aptidão jurídica para titularizar direitos e obrigações na órbita civil, hoje é compreendida como uma tutela jurídica especial conferida às pessoas indistintamente, para que possam exigir a concretização dos direitos reconhecidos como fundamentais e imprescindíveis à efetivação da sua dignidade.

Assim, por ser a personalidade um conjunto de atributos pessoais, os direitos da personalidade constituem uma categoria de direitos subjetivos atinentes à própria pessoa, assim considerada em seus aspectos psíquicos, físicos e intelectuais. Em síntese, Chaves e Rosenvald (2017, p. 184), ensinam que “os direitos da personalidade estão, inexoravelmente, unidos ao desenvolvimento da pessoa humana, caracterizando-se como garantia para a preservação de sua dignidade.”

Dentre as suas características, ressalta-se que tal categoria de direitos, dada a sua própria natureza, não é regulada de maneira exaustiva no ordenamento jurídico brasileiro, conforme restou sedimentado no Enunciado 274 da IV Jornada de Direito Civil¹. É importante registrar que essa particularidade é fundamental para compreender por que o direito ao esquecimento se insere neste rol. Além disso, os direitos da personalidade são intransmissíveis e inalienáveis, o que não significa que o seu titular não possa deles dispor de maneira relativa. Mais precisamente, pode o sujeito de direitos, temporariamente e sem o sacrifício da sua própria dignidade, ceder a sua imagem e o seu nome para fins lícitos.

Além de transitório, o ato de disposição deve ser específico. Ou seja, é vedado que o indivíduo renuncie a todos os seus direitos de personalidade. Em razão disso, também se preserva o princípio da autonomia privada. No mais, tais direitos são absolutos por serem oponíveis erga omnes, revelando a todos um dever geral de abstenção, imprescritíveis por não se sujeitarem a prazo para que alguém possa pleitear pela reparação à lesão sofrida em sua dignidade, extrapatrimoniais por não se reduzirem à apreciação econômica, ainda que eventual

1 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado n. 274. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/219>. Acesso em 06 de jul. 2021.



indenização possa consistir em valores pecuniários e, além disso, são impenhoráveis e vitalícios.

No mais, tal como ocorreu no caso da jovem Aida Curi, é necessário asseverar que, em caso de falecimento, os reflexos patrimoniais de uma violação orquestrada a qualquer um dos direitos da personalidade de uma determinada pessoa natural são transmissíveis ao seu espólio. Mais uma vez, nas palavras de Chaves e Rosenvald (2017, p. 191):

(...) o que se transmite é o direito indenizatório, de natureza marcadamente patrimonial. Ou seja, é o direito de exigir a reparação de um dano sofrido, através do recebimento de uma indenização a que o morto faria jus se tivesse proposto a ação, ou a obrigação de prestá-la, quando o falecido causou um dano e morreu sem repará-lo. Não há, efetivamente, a transmissão de algum direito personalíssimo violado, até porque, como visto, o direito da personalidade é intransmissível. Nessa linha de intelecção, perpetrado um dano contra a personalidade de alguém, surge uma pretensão reparatória por dano moral, que se transmite aos herdeiros, juntamente com a herança.

No mais, não se pode perder de vista que muitas normas do ordenamento jurídico brasileiro possuem conteúdo aberto e colidem com outras normas de mesma natureza, a exemplo das definem os direitos da personalidade. Normas de conteúdo aberto (ou cláusulas abertas), nada mais são do que métodos legislativos que ajudam a conferir ao aplicador do direito certa margem de atuação. Nesse sentido, é importante se ter definido um critério que sirva para solucionar os conflitos que acontecem no caso concreto, e ao mesmo tempo guarneça a unidade do sistema jurídico brasileiro. A isso se dá o nome de técnica de ponderação de interesses.

Ainda em conformidade com Chaves e Rosenvald (2017, p.95),

(...) a ponderação dos interesses é uma técnica disponibilizada para a solução dos conflitos normativos, devendo ser sopesados para que se descubra qual dos valores colidentes respeita, com maior amplitude, a dignidade da pessoa humana. Em linguagem simbólica, devem ser justapostas em uma balança imaginária as normas em conflito para que o princípio da dignidade da pessoa humana (espécie de “fiel da balança”) indique qual deles deve, em concreto, preponderar. Daí se inferir que a ponderação de interesses é uma verdadeira técnica de balanceamento.

Quanto à aplicação desse método em si, é preciso, inicialmente, identificar no sistema quais as normas colidentes e em quais aspectos elas colidem. Em seguida, cabe examinar os fatos e as suas circunstâncias, a fim de averiguar sobre eles os reflexos das normas identificadas na primeira fase. Por último, com fulcro no princípio da proporcionalidade, busca-se apurar os



pesos que devem ser atribuídos ao que está em disputa. Em outras palavras, o objetivo final é identificar o grupo de normas que deve preponderar no caso concreto (BARROSO, 2004).

Ou seja, além de buscar preservar a unidade da Constituição e a concordância prática dos direitos fundamentais da mesma Carta Magna, deve o julgador se guiar pelos três subprincípios da proporcionalidade, quais sejam: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

O primeiro aspecto se refere à análise do princípio no caso concreto, objetivando averiguar se ele possui idoneidade para solucionar o conflito e obter o fim almejado pela norma jurídica. O segundo, por sua vez, consiste em uma análise complementar, pois é preciso constatar se, mesmo adequado, o meio escolhido é o que menos restringe os valores fundamentais consagrados na CF. Já o último aspecto busca certificar que a medida escolhida por ser mais adequada e necessária é razoável e proporcional ao caso que se apresenta.

Registra-se que mesmo tendo a sua aplicabilidade afastada casuisticamente, as normas e os princípios em conflito são igualmente relevantes. Ademais, deve-se ter em mente que os valores que permeiam a escolha pelo Órgão Julgador, acerca de qual direito deverá preponderar, podem ser modificados por questões temporais e espaciais, tal como ocorreu no caso Lebach, mas sem perder de vista o intuito de dar máxima efetividade ao valor supremo do nosso ordenamento jurídico, qual seja, a dignidade da pessoa humana. Por fim, deve-se registrar que, no presente trabalho, se verifica a colisão entre os direitos à informação e ao esquecimento, cuja análise requer parâmetros próprios, a exemplo do transcurso temporal e da presença de interesse público na disponibilização de certos dados pessoais. De qualquer maneira, não se pode perder de vista as características aqui estudadas e o que se busca com a aplicação da técnica da ponderação de interesses.

3.2 Direito à informação

Como visto acima, o direito à informação colide com o direito ao esquecimento, devendo ser aplicada a técnica da ponderação de interesses para a solução de tais conflitos. Pois bem, o artigo 5º, XIV, da Constituição Federal dispõe que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988). Ou seja, os fatos relevantes da vida social e política devem ser transmitidos a todos, indistintamente, salvo previsões legais decorrentes das prerrogativas da intimidade e da privacidade. Ainda, de acordo com Ferraz Filho (2018, p.21), “essa ideia de transparência e contato com os fatos e acontecimentos do cotidiano é requisito imprescindível à boa interação



social”. Com isso, também deve ser entendido que a liberdade de informação abrange três aspectos: o direito de informar, o direito de se informar e o direito de ser informado.

Mais especificamente, consoante art. 220, caput, também da Carta Magna, o direito de informar consiste no fato de que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição. Por sua vez, o direito de se informar é a faculdade do indivíduo em buscar informações de seu interesse ou do interesse público e social. Assim, na hipótese de incidirem obstáculos ao exercício desse direito, é cabível a ação constitucional de Habeas Data, conforme inciso LXXII do artigo 5º, da CF.

Por fim, o direito de ser informado, de acordo com a previsão do inciso XXXIII, também contido no artigo 5º da CF, corresponde à necessidade de:

receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Dessa forma, resta claro que os três aspectos exemplificados acima se relacionam, e apenas em uma situação que todos se encontrem em condições perfeitas de aplicabilidade e eficácia, pode-se falar que a liberdade de informação está garantida plenamente.

Mas, ainda sobre o direito de informar, é importante compreender que há outra subdivisão implícita no ordenamento jurídico brasileiro, referente ao direito de transmitir ideias, conceitos e opiniões; e ao direito de transmitir notícias atuais e sobre elas formular críticas ou comentários. A esse último aspecto, é dado o nome de “liberdade de informação jornalística”. Segundo lições de Cunha Junior (2017, p. 611):

a liberdade de informação jornalística é espécie do gênero liberdade de informação, na sua variação direito de informar. É um direito fundamental de primeira geração, de caráter negativo, porquanto consiste num poder de agir, livre de qualquer freio estatal. Consiste, em derradeira análise, numa liberdade de informar através dos meios de comunicação.

Em outras palavras, o direito de crítica jornalística compreende a valoração ou o juízo de valor, favorável ou desfavorável, sobre o fato ou a pessoa objetos da notícia. Contudo, deve ser reiterado que não há direitos fundamentais absolutos. Dessa forma, assim como pode ocorrer conflito de interesses no caso concreto entre o direito de informação e o de privacidade, pode ocorrer entre o direito de opinião e o direito à honra. Nessas situações, portanto, deve existir

uma relação de ponderação entre os interesses fundamentais colidentes para que seja possível extrair alguma solução.

Ou seja, embora haja o entendimento de que o direito de crítica jornalística deve ser excluído quando colidir com algum direito da personalidade consignado expressamente na ordem jurídica, e, em contrapartida, o de que, em razão do seu valor social e da necessidade de se resguardar a democracia, o direito de crítica jornalística deve ser tratado como prioridade, é preciso atentar-se aos ensinamentos de Chaves e Rosendal (2017, p. 193), segundo os quais não há hierarquia entre direitos que possuem o mesmo fundamento. Ademais, apenas casuisticamente é possível conferir qual possui maior amplitude:

na perspectiva dos direitos fundamentais consagrados pela Carta de 5 de outubro, há uma indubitosa força normativa que impede atentados contra a dignidade da pessoa humana e os interesses sociais coletivos. Por isso, embora a liberdade de imprensa também mereça proteção especial e diferenciada, protegida com o status de direito fundamental constitucional, não pode o seu exercício ultrapassar o limite bem definido das demais garantias constitucionais (...)

Neste ponto, importa destacar que na sociedade plural e multifacetada em que vivemos, a expressão “imprensa” deve ser compreendida em seu sentido mais amplo, a fim de que abarque os diferentes meios de comunicação e de informação, a exemplo da Internet.

Assim, independentemente de estar contida em jornal, televisão, rádio ou sítio eletrônico, a informação veiculada não pode ofender a privacidade ou a imagem de alguém, sob pena de configurar abuso do direito de informar, o que faz incidir o dever de reparação civil, a ser suportado tanto pelo autor do escrito quanto pelo proprietário do veículo de divulgação, conforme elucidado na Súmula 221² do Superior Tribunal de Justiça.

No âmbito da internet, é preciso se atentar ao fato de que uma notícia ali veiculada pode ser objeto de ampla e incontrolável repercussão. Além disso, diante dos inúmeros mecanismos de registro dessas notícias, nem mesmo o transcurso do tempo é capaz de conferir segurança ao indivíduo que deseja (ou até mesmo necessita) não ser mais vinculado a um determinado acontecimento.

Em que pese o exposto acima sobre não haver hierarquia entre direitos que possuem o mesmo fundamento, importa destacar que o direito ora aqui analisado, consagrado após o período ditatorial, assume uma crucial relevância nesse contexto, pois vai de encontro à censura

² BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Súmula nº 221. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_16_capSumula221.pdf. Acesso em 20 de abr. 2021.



que imperava naquele momento histórico. Em outras palavras, trata-se de direito imprescindível ao desenvolvimento da democracia e dos debates públicos. Porém, o direito ao esquecimento não visa anular esses valores e não é um obstáculo à formação da História e da memória coletiva.

3.3 Direito ao esquecimento: panorama geral e novos paradigmas

Além de o Direito consagrar a temporalidade, a exemplo de institutos como a prescrição e a decadência, o esquecimento é natural ao homem. Assim, os registros disponibilizados, independentemente do meio, apesar de essenciais ao conhecimento de feitos históricos, vão de encontro ao funcionamento do ser humano - o que ganha maior proporção com o advento da internet.

Ressalta-se que a internet, anteriormente designada por “*Arpanet*”, surgiu nos Estados Unidos, entre a década de 1960 e 1970, e tinha como função interligar laboratórios de pesquisa (SILVA, 2001), pois, no contexto da Guerra Fria, em virtude do risco de confrontos bélicos, era fundamental que a comunicação de dados ocorresse sem vinculação a locais e a documentos físicos. Posteriormente, passou a ser utilizada em ambientes acadêmicos, como instrumento de troca de informações entre os estudantes e de aprendizagem e reprodução de conhecimentos científicos. Hoje, se percebe que a internet é um fenômeno em permanente construção e transformação, delineadora da designada “sociedade da informação”, cujos aspectos serão mais aprofundados no quarto capítulo. Porém, a sua essência é a mesma, qual seja, “desvincular a informação de sua base material, permitindo a divulgação simultânea em diversos pontos do planeta”. (PARENTONI, 2005).

Ou seja, apesar de ser um fenômeno em constante crescimento, pode-se afirmar que a internet modificou a forma e a capacidade de armazenar dados, o que fez com que se corresse o vínculo associativo do cancelamento da memória com um viés punitivo e passasse a se considerar a preservação de certas memórias como uma verdadeira condenação (COELHO, 2020, p. 06).

O objetivo deste trabalho não é esgotar o estudo sobre a história e o funcionamento da rede mundial de computadores, mas de delinear como a capacidade de armazenamento online de dados cresce exponencialmente, fazendo com que o esquecimento se torne exceção ao ser humano. Contudo, também é importante registrar que o próprio indivíduo fornece dados e informações pessoais para adentrar e usufruir das diversas mídias sociais, o que, em última



análise, denota uma significativa mudança nos conceitos tradicionais de privacidade e intimidade.

Nesse sentido, também se percebe a utilização da técnica da criptografia e da tecnologia *blockchain*, as quais visam proteger a privacidade dos usuários. O primeiro método, como o próprio nome sugere, consiste em codificar dados, com o propósito de que lhes seja retirado o formato original e, conseqüentemente, eles não possam mais ser lidos sem a utilização de uma chave de decifração específica. No segundo caso, “os dados ficam registrados sem a possibilidade de alteração ou exclusão, de modo que há um histórico fidedigno de todos os registros efetuados” (LIMA, 2020, p. 200).

Para se ter um melhor entendimento acerca da inerência do mundo virtual em nossas vidas, a Agência Brasil³, no dia 17/04/2021, noticiou que, consoante o IBGE, de 2018 para 2019 subiu para 82,7% (oitenta e dois vírgula sete por cento) o percentual de domicílios com internet, sendo que o celular, em 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) das casas, era o meio mais utilizado para o acesso. É nítido que questões referentes a classe social, idade e gênero repercutem diretamente nessas estatísticas. Mas, por outro lado, as restrições provocadas pela pandemia da Covid-19 também contribuíram para um novo aumento do uso da internet e das redes sociais. Mais precisamente, de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), houve um crescimento de 40% (quarenta por cento) a 50% (cinquenta por cento) no tráfego de dados disponibilizados nos diversos meios virtuais.

Não se pode negar os inúmeros avanços conquistados a partir dessa nova realidade e os impactos trazidos na vivência em comunidade, pois se trata de um novo meio de socialização. Além disso, essas tecnologias evidenciam e transformam alguns direitos fundamentais, como o próprio direito à informação, ao facilitar o acesso a certos dados e a sua reprodução. Por outro lado, é preciso questionar as controvérsias decorrentes da falta de limites claros entre o público e o privado. Neste contexto, o direito ao esquecimento também ganha particular destaque, pois busca resguardar o indivíduo contra memórias opressivas. Isto é, mesmo que os registros digam respeito a fatos verdadeiros, a sua veiculação não pode ocorrer de maneira desmesurada, sob pena de incorrer no abuso à informação e na violação à dignidade da pessoa humana.

Porém, na internet, em especial nos provedores de buscas, os registros sob qualquer indivíduo ficam disponibilizados *ad eternum*. Ou seja, em uma fração de segundos, informações e imagens concernentes a qualquer pessoa, desde que registradas no âmbito digital, são

³ BRASIL, Cristina. **Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/sobe-para-827-percentual-de-domicilios-com-internet-diz-ibge>. Acesso em 15 de abr. 2021



disponibilizadas para qualquer um que solicitar o acesso. Ocorre que, mesmo sendo dados lícitos, a sua rememoração incessante também pode ocasionar danos aos direitos da personalidade acima estudados e, em última análise, violar o indivíduo em seu direito ao esquecimento – cuja autonomia científica e didática se impõe, com o intuito de que não seja reduzido aos direitos à honra, à intimidade e à privacidade e, mais modernamente, ao direito à proteção de dados.

Mais precisamente, Schreiber explica (2013, p. 466):

A internet não esquece. Ao contrário dos jornais e revistas tradicionais, cujas edições antigas se perdiam no tempo, sujeitas ao desgaste do seu suporte físico, as informações que circulam na rede ali permanecem indefinidamente. Pior: os dados pretéritos vêm à tona com a mesma clareza dos dados mais recentes, criando um delicado conflito no campo do direito. De um lado, é certo que o público tem direito a lembrar fatos antigos. De outro, embora ninguém tenha direito de apagar os fatos, deve-se evitar que uma pessoa seja perseguida, ao longo de toda a vida, por um acontecimento pretérito.

É certo que o direito ao esquecimento passou por evoluções em seu conceito e em sua aplicabilidade, como pôde ser visto a partir de casos concretos, mas o cerne desse instituto, conforme explicado por Schreiber na transcrição acima, é fazer com que uma pessoa não seja diretamente vinculada a fatos e a pronunciamentos do passado, os quais não condizem mais com a sua consciência atual e com o seu atual estágio de desenvolvimento humano, pois, da mesma forma que os registros de interesse público devem ser protegidos, a fim de que certos acontecimentos, a exemplo de ditaduras e genocídios não se repitam, a memória individual também deve o ser. Nesse sentido, o direito ao esquecimento deve ser visto como um contraponto à liberdade de informação, sem a pretensão de restringi-la de forma absoluta.

A título de exemplos, pode-se imaginar a pessoa trans que, após se apresentar como pertencente ao gênero com o qual se identifica, tendo inclusive modificado o prenome em seu registro civil, seja constantemente relacionada ao seu sexo biológico quando seu nome é digitalizado nos provedores de buscas (Google, Yahoo, Bing etc). Ademais, também é possível vislumbrar a situação de pessoas que, em determinado momento das suas vidas, publicaram imagens, vídeos e/ou textos de maneira impensada nas plataformas digitais e, independentemente da retratação e do transcurso dos anos, sofrem com a vinculação ao conteúdo postado anteriormente – o qual não a representa nos tempos atuais. Assim, a partir desses e de outros casos, se constata a importância de se tutelar o direito ao esquecimento no ambiente virtual, pois, em última medida, ele serve como forma de se resguardar a identidade pessoal de cada indivíduo.



Assim, nas palavras de Martinez (2014, p. 62):

Esquecer é tão importante quanto lembrar, pois possibilita que o ser humano selecione as informações ininterruptamente recebidas pelo cérebro, preservando somente aquelas memórias que o indivíduo considerar como úteis, necessárias ou significativas. Não existe contradição entre lembrar e esquecer, pois os dois atos fazem parte do mesmo processo e, em realidade, são fenômenos complementares, pois é no processo de formulação de novas memórias em que se observa o constante e necessário esquecimento de outras.

Dessa forma, o desafio consiste justamente em proteger o direito ao esquecimento em um universo que apenas anexa informações, umas sobre as outras, sem qualquer análise crítica sobre o que é necessário resguardar e sobre como pode ser feito esse acautelamento, sem que nenhum direito fundamental seja sacrificado. É nesse sentido também que se insere o conceito de superinformacionismo, pois vivemos em uma sociedade marcada pela transmissão massificada de informações sobre tudo e todos. Assim, mesmo com todas as facilidades proporcionadas por essas novas tecnologias, é necessário atentar-se ao fato de que elas também devem ser usadas no intuito de promover a dignidade humana, protegendo a sua privacidade em um meio dominado pela exposição desenfreada de dados.

Porém, o que importa ter em mente, neste tópico do trabalho, é que o acesso indiscriminado de informações também pode repercutir negativamente nos direitos da personalidade ligados a privacidade do indivíduo, a exemplo do próprio direito ao esquecimento, prejudicando o seu desenvolvimento pessoal.



4. Direito ao esquecimento e seus mecanismos de tutela

Além de defender a existência e a compatibilidade do direito ao esquecimento no nosso sistema jurídico, é preciso delinear como ele pode ser efetivado. Para que isso ocorra, é necessário apresentar a sua proposta de redefinição e quais mecanismos de tutela são adequados à essa nova conceituação, especialmente diante do cenário de hiperinformação em que vivemos.

4.1 Uma proposta de redefinição do direito ao esquecimento

Como se viu, o STF afirmou (por 9 votos contra 1) que “é incompatível com a constituição a ideia de um direito ao esquecimento que possui o objetivo de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de dados ou fatos verídicos e lícitamente obtidos e publicados nos mais diversos meios de comunicação”. (RE 1.010.606/RJ). Ressalta-se que essa definição sobre o direito ao esquecimento se amolda ao que pleiteava os familiares de Aida Curi, pois eles afirmaram que a reportagem televisiva, após 50 anos do crime, reacendeu alguns traumas decorrentes do falecimento cruel da jovem Aida.

Porém, esse não é o único conceito de direito ao esquecimento. Para que se possa entender a sua visão mais moderna, é importante trazer à baila algumas definições. Schreiber (2017), em artigo intitulado “Nossa lei não admite proprietários do passado”, afirma que se trata de “um direito contra uma recordação opressiva de fatos que podem minar a capacidade do ser humano de evoluir e se modificar”. Por sua vez, Branco (2017, p.129) ensina que

o direito ao esquecimento se afirma com a pretensão de ter sua imagem atual desvinculada de um fato passado desatualizado ou fora de contexto, não necessariamente por força de arrependimento ou por querer renegá-lo, mas de modo a não ser definido ou limitado por ele.

Isto é, mesmo se reconhecendo que o conceito de direito ao esquecimento outrora reconhecido pelo STJ no caso da Chacina da Candelária seja demasiadamente amplo, pois fora afirmado que o direito ao esquecimento consistia no direito de não ser lembrado contra sua própria vontade, e, conseqüentemente, tenha um certo sentido o não acolhimento dessa definição pelo STF, não se pode afirmar que esse direito não deva ser protegido. Em que pese a possibilidade de eventuais abusos no exercício do direito à informação e da liberdade de expressão continuarem a serem corrigidos no caso concreto, os parâmetros da imagem, da honra e da privacidade nem sempre são os suficientes, pois os interesses subjacentes a eles não se confundem com os interesses que permeiam o direito ao esquecimento.



No mais, para que seja protegido juridicamente, o direito ao esquecimento deve se afastar de visões abstratas e filosóficas. Mais ainda, a sua noção jurídica deve ser objetivada, com o intuito de fazer com que o órgão julgador não se atenha estritamente aos danos emocionais sofridos pela suposta vítima que teve o seu direito ao esquecimento violado e possa, no caso concreto, avaliar a repercussão da divulgação de uma determinada informação no âmbito existencial do sujeito da informação (COELHO, 2020, p. 09).

O direito ao esquecimento não visa reescrever a história, tampouco apagá-la, pois ela é essencial ao nosso desenvolvimento enquanto pertencentes de uma determinada nação. Em obras ficcionais, como o livro “1984” de George Orwell, pode-se notar o perigo à democracia quando os detentores do Poder decidem apagar registros públicos, agindo como se determinado fato nunca tivesse ocorrido. Na vida real, em perspectiva histórica, o esquecimento era uma forma de punição àqueles que tinham cometido crimes graves, a exemplo da aplicação do instituto da *damnatio memoriae*, em Roma.

Ou seja, sem perder de vista a importância do direito à informação, é possível defender a aplicabilidade do direito ao esquecimento e ressaltar que ele também não se confunde com a censura, pois não visa, com base em critérios morais e políticos, controlar e proibir a livre circulação de ideias e reprimir a imprensa, assim entendida em seu sentido mais amplo.

Assim, com base no exposto acima e afastando-se de seu viés extremamente subjetivista e voluntarista, pode-se dizer que o direito ao esquecimento nada mais é do que um dos direitos da personalidade (com as características inerentes a essa categoria de direitos estudadas no capítulo anterior), consistente no direito que todo indivíduo tem de que uma informação verídica e obtida lícitamente sobre ele seja exposta ao público de forma atualizada e contextualizada.

Por exemplo, no âmbito da internet, não é razoável admitir que um erro cometido por alguém no passado faça com que essa pessoa seja sempre diretamente relacionada a esse fato, como se ela se resumisse a esse equívoco. Ou seja, mesmo não se tratando de alguma notícia inverídica, a sua transmissão incessante interfere no livre desenvolvimento da personalidade de alguém e na sua representação social adequada. Nesse sentido, Coelho afirma (2020, p. 10):

(...) sua aplicação, portanto, não está atrelada ao sentimento despertado pela divulgação do fato ou fundada na vontade pura e simples de o indivíduo moldar a realidade às suas próprias convicções subjetivas de si, mas vinculada a ameaça ou a violação que ela representa ao direito fundamental à existência digna com base em parâmetros subjetivos, sujeitando, na hipótese na hipótese de colisão com outros interesses protegidos pelo ordenamento jurídico, à ponderação.



Ademais, parte das críticas a esse instituto se refere à literalidade do seu termo que, no fundo, revela uma imprecisão técnica, já que o direito ao esquecimento não visa simplesmente apagar ou remover determinadas informações. Assim, além de se buscar o seu entendimento a partir de um viés funcionalista, uma alternativa viável à efetivação do direito ao esquecimento seria a sua regulação por meio de cláusulas gerais, com a definição de alguns parâmetros (sem o intuito de esgotá-los) para serem aplicados de forma mais segura quando os interesses desse direito colidirem com os interesses relacionados à liberdade de expressão. Destaca-se que essa técnica das normas abertas é essencial em uma sociedade marcada pelo dinamismo. Ademais, o fato de o Guardião da Constituição ter proferido uma decisão acerca desse instituto aqui estudado sob a ótica da repercussão geral não impede que o Poder Legislativo entenda de forma diferente, pois, em razão do princípio da separação dos poderes, os efeitos vinculantes da repercussão geral não o atingem, consoante visto no capítulo anterior.

Em síntese, deve-se deixar claro que o objeto do direito ao esquecimento consiste em dados pessoais verídicos, ou seja, não visa combater as tão propagadas *fake news*, assim entendidas as notícias falsas veiculadas nos mais diversos meios de comunicação. Nos termos do Decreto nº 8.771/2016, regulamentador do Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014), em seu artigo 14, inciso I, dado pessoal é aquele “relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive números identificativos, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.” Além disso, a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), dispõe, em seu artigo 12, que os dados anonimizados também podem ser considerados dados pessoais quando submetidos a processo que permita identificar o seu titular, a exemplo de quando é cruzado com outros dados.

Nas palavras de Henrique Cunha Souza Lima (2020, p. 116),

o direito ao esquecimento somente abarca a proteção a dados pessoais cuja obtenção ou divulgação tenha sido, a princípio, lícita, e que o passar do tempo tornou-as desnecessárias (término da finalidade da disponibilização inicial) ou superficiais. Isso porque, em caso de ilicitude originária, o Direito fornece outros mecanismos para retirada de conteúdo.

Em razão disso, as polêmicas que cercam o direito ao esquecimento são vastas e há um esforço por parte daqueles que defendem esse instituto para que sejam definidos alguns critérios que sirvam à sua aplicação, como a retirada do consentimento do titular para o tratamento dos dados objeto do direito ao esquecimento ou a oposição do titular a forma como a divulgação dos dados ocorreu (LIMA, 2020, p.117). Ademais, como visto acima, esses critérios devem



afastar vieses estritamente subjetivos para que a efetividade do direito ao esquecimento não se restrinja à prova do dano moral por aquele que pugna pela sua aplicação nos casos concretos.

No âmbito da internet, deve-se ter cuidado para que o direito ao esquecimento não seja confundido com os seus mecanismos de tutela, como o direito a desindexação, também conhecido por de-listagem. Porém, independentemente de qual seja o meio utilizado, é preciso ponderar acerca de alguns aspectos processuais: o autor, em uma ação de reconhecimento do direito ao esquecimento, pode cumular pedidos de cunho condenatório e inibitório, os quais são imprescritíveis e envolvem o reconhecimento de que o conteúdo a ser esquecido deve ser desindexado, removido, editado, atualizado ou anonimizado, onde quer que se encontre, e o de que os réus não mais exibam esse mesmo conteúdo, respectivamente. Porém, caso também requeira indenização por dano moral ou material, o requerente deve observar o teor do artigo 206, do Código Civil (BRASIL, 2002), referentes aos prazos prescricionais.

Ademais, quanto a legitimidade ativa nas ações de direito ao esquecimento, têm-se que, por pertencer ao rol dos direitos da personalidade, os legitimados são os próprios titulares dos dados pessoais que buscam a desindexação/retirada/edição/atualização/anonimização desses elementos (mecanismos indicados acima). Porém, com base nos artigos 12 e 20 do Código Civil (BRASIL, 2002), é possível defender a legitimidade *post mortem* do cônjuge sobrevivente ou de qualquer parente, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, como pretendiam os irmãos da jovem Aida Curi, atentando-se ao fato de ser necessário que “o parente que busca o Judiciário também demonstre seu interesse na causa, principalmente quando, cominado ao pedido cominatório e inibitório, seja formulada pretensão indenizatória” (LIMA, 2020, p. 150).

Quanto a legitimidade das pessoas jurídicas, malgrado o disposto no artigo 52 do Código Civil e o entendimento jurisprudencial de que esses entes podem sofrer dano moral, afirmar que o direito ao esquecimento lhes é aplicável configura esvaziamento do conceito da dignidade da pessoa humana, já visto no primeiro tópico deste trabalho, dada a sua importância. Inclusive, cabe destacar que o parque de diversões Hopi Hari ajuizou ação para que futuras reportagens a seu respeito não o vinculassem ao acidente ocorrido no ano de 2012, em um de seus brinquedos, do qual resultou a morte de uma adolescente de 14 anos. Argumentou, em sua defesa, que pretendia reabrir o brinquedo sob outro nome e que tinha cumprido todas as medidas necessárias para isso, ressaltando que estava em um processo de reestruturação.

Na sentença, a Juíza de primeiro grau concluiu corretamente que

O aventado direito ao esquecimento não se aplica ao presente caso, mormente a considerar que o direito ao esquecimento atine à pessoa humana, a fim de



resguardá-la de reviver a ofensa a sua honra ou intimidade, pela nova veiculação do fato que a envolveu. E aqui, temos o autor, pessoa jurídica que visa ao resguardo de sua reestruturação econômico-financeira, pleiteando, para tanto, que as rés, indefinidas e de número indeterminado, se abstenham de veicular, em matérias atinentes ao autor ou quaisquer de suas atrações ainda que vinculadas ao seu nome, imagem, som, marca, o acidente ocorrido no ano de 2012 resultante no falecimento de Gabriele, bem como, que a decisão tenha força de ofício para comunicar as empresas para se evitar ou solicitar a retirada de matérias que infrinjam as determinações da decisão, em razão da matéria publicitária a ser divulgada pelo autor no dia 27.11.20. (...) Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE LIMINARMENTE a ação promovida por HOPI HARI S/A em face de Empresas de Comunicação Via Rádio, Televisão, Internet e Demais Meios de Comunicação do Brasil, nos termos do art. 239 c.c. art. 332, ambos do CPC.

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo nº 1002822-10.2020.8.26.0659. Requerente: Hopi Hari S/A. Requerido: Empresas de Comunicação Via Rádio, Televisão, Internet e Demais Meios de Comunicação do Brasil. Juíza de Direito: Dra. Euzy Lopes Feijó Liberatti. Vinhedo, 26 de novembro de 2020).

Dito isto, passar-se-á a análise da base normativa do direito ao esquecimento inserido no atual contexto da sociedade da informação e dos seus respectivos mecanismos de tutela, com a finalidade de comprovar que ele pode ser compatibilizado com o ordenamento jurídico brasileiro – aspectos que sequer foram explorados pela Corte Suprema.

4.2 Lei Geral de Proteção de Dados: Lei nº 13.709/2018

Mesmo que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) não trate expressamente sobre o direito ao esquecimento (o que, sob o ponto de vista dos que defendem esse instituto, é algo criticável), é importante sua análise para compreender como tal direito pode ser efetivado na era digital, pois esse marco normativo disciplina como se dá o tratamento de dados pessoais e em qual medida os provedores de busca são responsáveis por esse tratamento.

Na linha do que já foi explorado nesse trabalho, o artigo 2º da referida lei busca proteger a autodeterminação informativa, as liberdades de expressão e de informação e, ainda, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem dos titulares de dados pessoais. Por sua vez, o artigo 5º, inciso I, da LGPD conceitua que “dado pessoal é a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável” (BRASIL, 2018) e os seus titulares, consoante o V do mesmo artigo, “seriam as pessoas naturais a quem se referem os dados que são objetos de tratamento” (BRASIL, 2018). Ou seja, uma definição remete a outra. Ademais, existem os dados pessoais sensíveis, os quais se referem aos aspectos mais íntimos do ser humano, como a convicção religiosa, a opinião política ou à vida sexual do indivíduo e, em razão de sua

natureza, podem ser utilizados como parâmetros para aplicação do direito ao esquecimento – aspecto que será melhor analisado posteriormente.

Ainda sobre os dispositivos da supracitada Lei, merece especial atenção o artigo 6º, por disciplinar os princípios que devem ser observados quando do tratamento de dados pessoais, a exemplo da finalidade, da adequação e da necessidade. No mais, salvo os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, o seu tratamento somente poderá ser realizado mediante o fornecimento de seu consentimento, sendo vedada autorização genérica para o trato dessas informações.

Porém, tendo como centro a análise do direito ao esquecimento, devem ser transcritos alguns artigos. Inicialmente, o artigo 8º, parágrafo 5º da LGPD, dispõe que

o consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do caput do art. 18 desta Lei” (BRASIL, 2018).

Somado a isso, o artigo 16 estipula que

os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades: I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados” (BRASIL, 2018).

Por fim, o artigo 18, em seus incisos IV e VI, elenca que o titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador a “anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei”, bem como a “eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei” (BRASIL, 2018).

Mesmo com o exposto acima, deve-se ter em vista que o direito ao esquecimento, o direito à proteção de dados pessoais e o direito à privacidade não possuem o mesmo objeto e cada qual possui as suas singularidades. Nas palavras de Henrique Cunha Souza Lima (2020, p. 198), “a acepção objetiva e procedimental da proteção de dados não contempla, portanto, as nuances subjetivas que permeiam dilemas referentes à proteção da privacidade e à tutela do direito ao esquecimento na internet”.



Ainda assim, é pertinente observar o procedimento utilizado na eliminação de dados pessoais. Mais precisamente, o titular deve peticionar contra o controlador perante a Autoridade Nacional e este deve proceder de forma transparente quando não puder adotar a providência solicitada, bem como informar, quando possível, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento.

De todo modo, a norma que ora se analisa é de suma importância, visto que enumera alguns dos mecanismos de tutela do direito ao esquecimento, norteia quais parâmetros podem ser utilizados para a aplicação dos mais diversos mecanismos e ampara as soluções extrajudiciais nessa nova realidade marcada pelo dinamismo e celeridade das relações pessoais.

4.3 Marco Civil da Internet: Lei 12.965/2014

O Marco Civil da Internet (MCI) estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Ressalta-se que, em seus dispositivos, não houve a consagração do direito ao esquecimento. Porém, diante de seus objetivos, tal norma deve ser analisada por trazer algumas perspectivas à efetivação desse direito no âmbito da internet, a exemplo do artigo 7º, inciso X e do artigo 19, os quais merecem transcrição:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: (...) X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei (BRASIL, 2014).

Ainda mais especificamente, têm-se:

Art. 19 **Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário (grifo nosso).** § 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material. § 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal. § 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos

disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, bem como sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de internet, poderão ser apresentadas perante os juizados especiais. § 4º O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. (BRASIL, 2014).

Com base nesse último artigo transcrito, se defende que o direito ao esquecimento, no âmbito da internet, pode ser tutelado inicialmente na via extrajudicial, em pleito formulado diretamente aos provedores de aplicações existentes. Dessa forma, com o não atendimento desse pedido ou com a ausência de manifestação em determinado prazo, o indivíduo pode requerer a respectiva proteção judicial, em ação promovida em face desses mesmos provedores. Porém, a responsabilidade civil deles estaria restrita a hipótese de desobediência à ordem judicial específica que determinasse a remoção ou indisponibilidade de certo conteúdo.

Nota-se, assim, que a responsabilidade consagrada no dispositivo estudado acima é a subjetiva e que o nexo de causalidade que enseja a responsabilização civil dos provedores se implementa quando eles se omitem em cumprir a referida ordem judicial. Porém, conforme Lima (2020, p. 60), o “direito ao esquecimento nem sempre significa que deve haver responsabilização civil do provedor”.

De qualquer maneira, mesmo não tratando especificamente sobre o direito ao esquecimento, o MCI traz disposições importantes ao entendimento de como pode se dar a sua tutela processual. Além disso, orienta que o uso da internet, com base no Decreto 8.771 de 2015, possui como diretrizes a neutralidade, a proteção aos registros, aos dados pessoais e às comunicações privadas, e a fiscalização e a transparência. Mas, afinal, o que são esses provedores de aplicações?

O seu conceito é retirado do próprio Marco Civil da Internet, já que o artigo 5º, inciso VII disciplina que as aplicações de internet são “o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet” (BRASIL, 2014), o que se difere do provedor de conexão, pois este seria, nos termos do inciso V desse mesmo artigo, “a habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP” (BRASIL, 2014).

De forma mais nítida, “os provedores de aplicações de internet desempenham qualquer atividade na rede, podendo corresponder a uma plataforma de pesquisa, uma rede social, um blog pessoal, dentre outros” (COELHO, 2020, p. 59). Assim, têm-se que o provedor de serviços



é gênero, do qual decorre os outros provedores que serão estudados nesse trabalho, quais sejam: provedor de busca, de conteúdo e de informação.

Ressalta-se que tal classificação é necessária, pois cada provedor possui suas particularidades no que se refere aos mecanismos de tutela disponíveis para a efetivação do direito ao esquecimento. Contudo, primeiramente, é preciso conceituá-los. O primeiro, a exemplo do *Google*, do *Yahoo* e do *Bing*,

são sites que rastreiam, indexam e armazenam as mais variadas informações disponíveis online, organizando-as e classificando-as para que, uma vez consultados, possam fornecê-las através de sugestões (ou resultados) que atendam aos critérios de buscas informados pelos próprios usuários. (COELHO, 2020, p.60).

Já em relação aos demais provedores, Ceroy (2014) destaca que o:

provedor de conteúdo é toda pessoa natural ou jurídica que disponibiliza na internet as informações criadas ou desenvolvidas pelos provedores de informação (ou autores), utilizando servidores próprios ou os serviços de um provedor de hospedagem para armazená-las. São diversos os exemplos de provedores de conteúdo, já que englobam desde pessoas naturais que mantêm um website ou blog pessoal a grandes portais de imprensa. Finalmente, o Provedor de Informação é o efetivo autor da informação. Doutrinariamente a melhor nomenclatura para este agente é, simplesmente, autor. Assim, a pessoa natural que mantenha um website, ou mesmo uma conta em uma rede social, é um provedor de conteúdo. Se esta mesma pessoa insere informações no site, ela passa a ser, também, um provedor de informação ou autor.

Com base nesses conceitos, é necessário ponderar sobre a legitimidade passiva em ações que pleiteiam o reconhecimento do direito ao esquecimento. É intuitivo concluir que o “autor da eventual publicação é o principal responsável pela remoção do conteúdo a ser esquecido e, se for o caso, pelo pagamento de indenização ao indivíduo lesado.” (LIMA, 2020, p. 151). Entretanto, no atual estágio em que se encontra a rede mundial de computadores, marcado pela imensa proliferação de páginas, websites e blogs contendo a mesma informação, é impossível faticamente que o sujeito identifique todas os endereços virtuais em que tenha ocorrido a violação ao direito que aqui se defende. Mais ainda, exigir que ele identifique o responsável pela gestão de cada Localizador Uniforme de Recursos (URL) é impor um ônus excessivo a esse interessado. Nessa circunstância, os provedores de busca assumem crucial importância, pois atuam como catalogadores e intermediários dos mais diversos tipos de conteúdo existentes na Web.



4.4 Mecanismos de tutela do direito ao esquecimento

A definição de direito ao esquecimento aqui defendida é aplicável para qualquer meio de comunicação. Além disso, como já delineado, a desindexação é um dos mecanismos de tutela do direito ao esquecimento, embora haja o entendimento de que é uma modalidade do direito ao esquecimento *latu sensu* (LIMA, 2020). Porém, essa medida se restringe às violações perpetradas no âmbito da internet (mais precisamente, no campo dos provedores de buscas).

Inicialmente, é preciso entender como funcionam as atividades exercidas por esses buscadores: através de sistemas de softwares conhecidos como “rastreadores” e “indexadores”, eles rastreiam, encontram e armazenam páginas, identificam seus conteúdos e os registram, de forma organizada (trata-se de um processo dinâmico, pois novas páginas são criadas e atualizadas a todo o momento). Ao disponibilizar a lista de links quando alguém procura por determinado termo ou expressão em sua caixa de pesquisa, os provedores se utilizam de algoritmos robóticos para fornecerem o melhor resultado, avaliando, por meio deles, a qualidade do site, a procedência, as palavras-chaves, dentre outros fatores. Paralelamente a isso, desenvolve tecnologias de inteligência para que os resultados sejam cada vez mais coerentes com o idioma e o local de acesso do usuário (FERNANDES, 2018).

Assim, se conclui que o remédio da desindexação interfere em todo o funcionamento explicitado acima. No mais, é importante destacar que a desindexação, também conhecida como de-listagem, pode ser total ou parcial. No primeiro caso, o buscador deixa de exibir determinados resultados quando são digitados pelo usuário certos termos na caixa de pesquisas, enquanto, no segundo caso, há apenas uma alteração no ranking dos resultados que aparecem quando certas palavras ou expressões são utilizadas no provedor. De qualquer maneira, o objeto do pedido de desindexação não é afetado, pois continuará sendo visualizado se o indivíduo adentrar diretamente no provedor de informação e de conteúdo que o detém. Afinal, na atualidade, os provedores de busca funcionam como meros intermediários de conteúdo gerado por terceiros.

Dada a natureza desses provedores, pergunta-se: eles possuem legitimidade para ocupar o polo passivo das ações judiciais que buscam o direito ao esquecimento? Antes mesmo de responder a esse questionamento, é preciso ponderar se, de fato, os provedores de busca são neutros em suas atividades de indexação e de “rankeamento” das mais diversas URL’s encontradas na Web. Todavia, essa ponderação está longe de ser concluída, pois é necessária a cooperação desses mesmos provedores, a fim de que possa ser analisada a sua objetividade e os algoritmos utilizados no exercício de suas funções – aspectos que fogem do Direito.



De qualquer modo, mesmo que esses pontos não estejam suficientemente solucionados, é possível defender a legitimidade passiva dos buscadores, visto que eles possuem “a capacidade técnica de implementar as medidas necessárias para a efetivação da tutela específica ou obtenção do resultado prático equivalente desejado pela vítima e determinado pelo julgador” (LEONARDI, 2011, p. 274). Isto é, a depender do caso concreto, os interesses subjacentes ao direito ao esquecimento serão mais bem efetivados em pedidos formulados contra os mecanismos de buscas, pois eles possuem recursos para obstar ou impossibilitar o acesso a certos dados pessoais cuja reprodução seja considerada danosa.

No ordenamento jurídico brasileiro, os artigos 497 e 817 do Código de Processo Civil, defendem justamente essa possibilidade, ao disporem que:

art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente. Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo; art. 817. Se a obrigação puder ser satisfeita por terceiro, é lícito ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que aquele a satisfaça à custa do executado. Parágrafo único. O exequente adiantará as quantias previstas na proposta que, ouvidas as partes, o juiz houver aprovado. (BRASIL, 2002).

Além disso, como a relação travada entre os buscadores e os seus usuários possui natureza jurídica de relação de consumo, incide o disposto no artigo 84, do Código de Defesa do Consumidor, qual seja:

na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. § 1º A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. § 2º A indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa (art. 287, do Código de Processo Civil). § 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu. § 4º O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito. § 5º Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial. (BRASIL, 1990).

Todas essas transcrições se fazem necessárias para explicitar que, mesmo sendo intermediários no acesso à informação, os provedores de busca assumem papel relevante na atualidade, sendo o pedido de de-listagem uma alternativa viável e plausível para a aplicabilidade do direito ao esquecimento na sociedade da informação. Até mesmo porque é mais comum que alguém consigne determinada expressão na caixa de ferramentas dos buscadores, com o objetivo de adentrar em determinado site, do que digite o endereço virtual desse mesmo site diretamente no navegador da Web. Ademais, também se tornou corriqueiro pesquisar por informações relacionadas a determinadas pessoas nesses mecanismos, em contextos sociais ou profissionais, como antes de uma entrevista de emprego, com o intuito de conhecê-las melhor.

Quanto a sua operabilidade, têm-se que

(...) a princípio, a de-listagem, tem como pressuposto as palavras chaves apontadas. Entretanto, isso não parece suficiente, vez que os resultados perniciosos podem aparecer com outros termos. (...) Aqui, os buscadores terão a obrigação positiva de realizar análise específica, configurando seus algoritmos para o resultado das páginas cujo conteúdo seja objeto do esquecimento, à maneira do que já fazem com alguns conteúdos ilícitos. Isso em conjunto com o bloqueio diretamente com as palavras-chave, de modo a permitir uma eficácia maior para a medida. (LIMA, 2020. p. 162)

De qualquer maneira, não se pode perder de vista que, em primeiro lugar, ainda segundo os ensinamentos de Lima (2020, p. 161), esse direito à desindexação pode ser considerado uma medida temporária, pois o ideal continua sendo a identificação dos responsáveis pela propagação dos dados que constituem o objeto do direito ao esquecimento. E, em segundo lugar, o explicitado neste tópico não prejudica o que foi registrado quando da análise das perspectivas trazidas pelo Marco Civil da Internet, em especial pelo seu artigo 19, que trouxe a possibilidade de tutela extrajudicial, a qual já se mostra em processo de efetivação na realidade europeia.

Ademais, a circunstância de os provedores de buscas ocuparem o polo passivo das ações judiciais, nas quais os autores objetivam a efetivação do direito ao esquecimento e, conseqüentemente, arcarem com os custos inerentes à desindexação, não implica necessariamente na sua responsabilização cível. Em verdade, a sua legitimidade decorre do conflito de interesses nos casos concretos e da maior facilidade em se implementar o direito ao esquecimento em face desses buscadores, conforme visto acima.

Uma medida que se impõe para a realidade brasileira é proporcionar, quando possível, a participação dos provedores de informação e de conteúdo nessas ações judiciais, em respeito



aos princípios da confiança, da cooperação e da boa-fé. Porém, é preciso definir até que ponto as manifestações desses provedores vinculam o resultado da demanda, e se o autor também deve exercer o seu direito ao contraditório em face deles. Mais ainda, na hipótese de procedência, deve-se considerar se existem formas de burlar as restrições impostas pela delistagem e, caso sim, como combatê-las tecnicamente. Além disso, questiona-se como todos os buscadores podem ser atingidos pela mesma decisão (*Yahoo, Bing, Google* etc), com a finalidade de que não se dê lugar à competitividade entre eles e a prevalência da lógica do mercado e do lucro – aspectos que, mais uma vez, fogem do campo do Direito.

Nessa linha de intelecção, para que se possa defender adequadamente a existência do direito ao esquecimento e a sua compatibilidade no sistema jurídico brasileiro, é imperioso abordar outros mecanismos de tutela que permanecem restritos ao campo dos provedores de informação e de conteúdo. A priori, têm-se a remoção: trata-se da medida mais brusca por interferir, em maior grau, no livre exercício das liberdades comunicativas. A sua definição é intuitiva, ao mesmo tempo que a sua eficácia é questionável, visto que as notícias se multiplicam quase instantaneamente na internet e, antes mesmo do deferimento do pedido de retirada de determinado conteúdo, já podem ter sido guardadas por meio de capturas de tela. Desta forma, permanece o receio de que elas poderão, a qualquer momento, ser veiculadas novamente, o que acarretaria mais custos e danos àquele que pugna pelo seu direito em ser esquecido.

Mas, justamente por sua radicalidade, defende-se que o melhor caminho para analisar a viabilidade dos pleitos de remoção de conteúdo é através da propositura de ação judicial. Nas palavras de Coelho (2020, p. 95):

(...) sem prejuízo dos argumentos usualmente contrários à judicialização, como a premência do tempo, acredita-se que, em se tratando de uma medida extrema como a remoção de conteúdo, a via judicial seria o meio mais competente e legítimo para sopesar os interesses envolvidos e decidir qual deles deve prevalecer no caso concreto. Considerando a magnitude dos valores envolvidos, é crucial que as hipóteses de remoção sejam analisadas à luz da Constituição Federal de 1988 e observem todas as garantias por ela oferecidas. Ainda que essa solução não seja perfeita, parece mais aconselhável buscar instrumentos capazes de aprimorá-la e mitigar seus aspectos negativos, implementando-se, por exemplo, medidas para garantir maior celeridade do processo e sigilo do autor.

Complementando o disposto acima, entende-se que a morosidade usual dos órgãos judiciários pode ser solucionada por meio das tutelas provisórias, a fim de que o conteúdo seja indisponibilizado até a prolação da decisão final, na qual a liminar pode ser ratificada ou



corrigida. Isto serve para que o transcurso do tempo não obste a efetividade de eventual tutela final favorável ao direito ao esquecimento.

De todo modo, na respectiva ação judicial, devem-se fazer presentes tanto o provedor de conteúdo quanto o de informação, pois ambos serão atingidos pela decisão judicial que defere a remoção de determinada notícia. E, seguindo esse mesmo raciocínio, os demais provedores estarão proibidos de reproduzirem, posteriormente, a matéria objeto de supressão.

É lógico que as medidas elencadas no parágrafo acima exigiriam uma demasiada vigilância sobre cada informação disponibilizada na internet, bem como a identificação de todas as plataformas que a contém – o que parece, com razão, quase impossível de ser concebido -. Todavia, após a prolação da sentença, há possibilidade de se notificarem extrajudicialmente, tantos quanto possíveis, os provedores responsáveis pela manutenção ou publicação online do conteúdo infringente, com o objetivo de que também possa retirá-los, sob pena de consequências civis que deveriam ser mais bem reguladas por lei.

A seguir, têm-se a edição de conteúdo quando ele possui “finalidade informativa, contextualização adequada e interesse público”, porém, a exposição de certos detalhes pessoais lesa os direitos da personalidade do sujeito da informação (COELHO, 2020, p. 99). Trata-se de medida que combate o sensacionalismo presente na transmissão de algumas notícias: no caso Aida Curi, por exemplo, mesmo tendo no polo passivo uma emissora de televisão, é importante constatar que o episódio sobre o seu assassinato foi marcado pela presença de elementos dispensáveis à adequada recapitulação do crime, como comentários extensos sobre a religiosidade da vítima e a sua relação com seus familiares. Nesse sentido, a edição do conteúdo é um remédio que interfere na forma com que a notícia é repassada, partindo-se do pressuposto de que o direito de expressão não é absoluto e que os ajustes são necessários apenas na medida em que protegem os direitos personalíssimos do indivíduo.

Por sua vez, a anonimização de conteúdo trata-se de medida pouco difundida, mas de grande interesse ao direito ao esquecimento, visto que concilia, ao máximo, a liberdade de expressão e de informação com a privacidade e a autodeterminação informativa dos sujeitos envolvidos. Basicamente, a notícia transmitida continua íntegra, mas os dados que permitem a identificação do indivíduo a que ela se refere, são retirados.

Se transportarmos o caso da Chacina da Candelária, estudado no início do presente trabalho, ao contexto da internet, pensamos que a anonimização seria uma alternativa eficaz para àqueles que foram relacionados ao crime, mas posteriormente absolvidos pelo Tribunal do Júri, pois se resguardaria o interesse público em transmitir os fatos que fazem parte do referido



delito, ao mesmo tempo que se protegeria a dignidade humana dos acusados injustamente em um processo tão conturbado. Isto é, o remédio abordado neste tópico é cabível quando

o fato em si é de interesse público, o ocorrido foi retratado de forma fiel e contextualizada e permanece relevante, independentemente do transcurso do tempo, sendo a identificação do sujeito, contudo, dispensável para a transmissão efetiva da informação (COELHO, 2020, p.103).

Porém, deve-se ter cuidado para que o conteúdo que foi objeto desse processo de anonimização não apareça como resultado dos provedores de busca a partir da inserção do nome do sujeito. Ou seja, mais uma vez, se mostra necessária uma cooperação entre os diferentes tipos de provedores.

No mais, diante do moderno conceito de direito ao esquecimento, a medida concernente a atualização do conteúdo se apresenta de maneira eficaz, pois permite a inclusão de novos dados, quando necessário, para que a notícia veiculada continue preenchendo o requisito da relevância e se apresente de forma contextualizada. Ressalta-se, ademais, que a atualização é necessária tanto para assegurar os direitos da personalidade de quem está sendo retratado na notícia quanto para evitar abusos no exercício das liberdades de expressão.

Não se trata de modificar o ocorrido, mas de apresentá-lo, de forma fiel, aos interessados, evitando o cometimento do fenômeno conhecido por “anacronismo”, consistente na utilização

de conceitos e ideias de uma época para analisar os fatos de outro tempo. Em outras palavras, o anacronismo é uma forma equivocada onde tentamos avaliar um determinado tempo histórico à luz de valores que não pertencem a esse mesmo tempo histórico (SOUZA, 2020).

Em última análise, tal remédio respeita a evolução que perpassa todo ser humano e a sua adequada projeção social, podendo até mesmo ser pleiteado extrajudicialmente, desde que o requerimento seja devidamente fundamento com os elementos que se deseja incluir na notícia.

Quanto à aplicação de tais mecanismos de tutela, é fato que os conflitos entre o direito ao esquecimento e o direito à informação só podem ser solucionados no caso concreto, a partir da técnica da ponderação pelo Órgão Julgador. Porém, como já repetido outras vezes ao longo deste trabalho, seria de grande valia o estabelecimento, pelo legislador, de alguns parâmetros para a utilização dessa técnica, sem o intuito de esgotá-los, mas de apenas reconhecer-lhes maior eficácia na garantia da devida fundamentação das decisões judiciais. Um dos parâmetros mais conhecidos consiste em analisar o grau de interesse público presente na divulgação da notícia e, justamente por isso, não se mostra plausível o argumento de que o direito ao

esquecimento visa apagar fatos políticos e históricos, a exemplo dos genocídios e dos crimes bárbaros. Ademais, também é importante avaliar se a notícia objeto da lide possui caráter informativo e instrutivo.

Um outro aspecto importante é apreciar se o conteúdo em questão possui dados considerados sensíveis, pois eles podem ser utilizados para fins discriminatórios e lesivos aos direitos fundamentais de alguém, a exemplo de dados concernentes a:

origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural” (artigo 5º, inciso II, da Lei 13.709/2018).

Além disso, a relevância da informação precisa ser considerada, pois o direito ao esquecimento incide estritamente no campo privado de cada indivíduo. Dessa forma, não é porque a notícia se refere a pessoas públicas que ela deva ser publicada indiscriminadamente.

Ao último fator indicado acima, se relaciona a necessidade de se perquirir a respeito da atualidade e da excessividade da informação. Mais do que considerar a data da publicação do conteúdo que ora se deseja esquecer ou o transcurso do tempo ocorrido entre a veiculação e o respectivo pedido de tutela dos interesses concernentes ao direito ao esquecimento, é preciso ponderar se a notícia se apresenta devidamente contextualizada e fidedigna aos fatos, bem como se não há exposição de detalhes sobre a vida pessoal de alguém, desnecessários para o que se quer transmitir.

Quanto a situação em que os motores de busca figuram no polo passivo da ação, a análise dos parâmetros utilizados é mais precisa, pois o Órgão Julgador deve atentar-se a relação estabelecida entre os resultados e os termos de busca. Em outras palavras, não há que se falar em desindexação propriamente dita se “a busca pelo nome ou por outros critérios de busca que identifiquem o indivíduo não conduzir ao resultado questionado”, afinal,

o principal efeito produzido pela desindexação é a quebra da associação instantânea e automática do indivíduo com a informação contida no resultado por ele questionado, evitando, assim, que isso venha à tona cada vez que um usuário consultar o nome daquela pessoa (COELHO, 2020, p. 121).

Na prática, chegou a existir o Projeto de Lei nº 7.881 de 2014, de autoria do então deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), cujo intuito era disciplinar a remoção de links dos mecanismos de busca na internet quando fizessem referência a dados irrelevantes ou defasados sobre o indivíduo. Porém, o projeto foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

em 11/07/2017. Anteriormente a isso, quando da análise feita pela Comissão de Defesa do Consumidor, o deputado José Carlos Araújo (PR/BA) consignou que a proposição não alterava qualquer lei vigente em nosso ordenamento e que tampouco fazia referência a penalidade a ser aplicada em caso de inobservância da norma.

Em seguida, têm-se o Projeto de Lei nº 1.589/2015, de autoria da então deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), cujo um dos objetivos era punir mais rigorosamente os crimes contra a honra cometidos mediante disponibilização de conteúdo na internet. Atualmente, ele se encontra apensado ao Projeto de Lei 215/2015 e sujeito à apreciação do Plenário. Por sua vez, o Projeto de Lei nº 1676/2015, de autoria do então deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB), dentre outras disposições, propõe a garantia da “desvinculação do nome, imagem e demais aspectos da personalidade, publicados na rede mundial de computadores, internet, relativos a fatos que não possuem, ou não possuem mais, interesse público”. Atualmente, aguarda-se o parecer do relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Em relação a esse projeto, cabe destacar que ele busca consagrar expressamente o direito ao esquecimento, conforme transcrição abaixo:

Art. 3º O direito ao esquecimento é expressão da dignidade da pessoa humana, representando a garantia de desvinculação do nome, da imagem e demais aspectos da personalidade relativamente a fatos que, ainda que verídicos, não possuem, ou não possuem mais, interesse público. Parágrafo único. Os titulares do direito ao esquecimento podem exigir dos meios de comunicação social, dos provedores de conteúdo e dos sítios de busca da rede mundial de computadores, *internet*, independentemente de ordem judicial, que deixem de veicular ou excluam material ou referências que os vinculem a fatos ilícitos ou comprometedores de sua honra.

Trata-se de proposta de definição pertinente e coerente com os atuais estudos acerca do direito ao esquecimento. Contudo, da sistemática da proposta, se percebe que não há uma tentativa de regulação sobre como os próprios órgãos estatais podem efetivar esse direito. No mais, deve-se registrar o Projeto de Lei nº 2.712/2015, apensado ao anterior Projeto de Lei nº 1.676/2015, de autoria do então deputado Jefferson Campos (PSD/SP), no qual se busca regular a obrigação de os provedores de aplicações de internet “remover, por solicitação do interessado, referências a registros sobre sua pessoa na internet, nas condições que especifica.” Em sua justificativa, há referência de que o objetivo da proposição é aprimorar o Marco Civil da Internet, com a previsão de duas condicionantes ao exercício do direito ao esquecimento, a seguir transcritas:



Na primeira delas, exige-se que a informação a ser removida da internet não desperte interesse público atual. Em termos práticos, isso significa que o direito de esquecimento só se aplica a fatos que não tenham relevância social para a coletividade, seja em razão do conteúdo da informação em si (por exemplo, fatos corriqueiros envolvendo pessoas sem projeção pública), seja pela perda da importância da matéria em função do transcorrer do tempo (por exemplo, fatos de grande repercussão pública no período em que aconteceram ou foram revelados, mas cuja importância social dissipou-se ao longo do tempo). A segunda condicionante demanda que a informação a ser removida não se refira a fatos genuinamente históricos. Neste caso, o que se objetiva proteger é o direito à memória, de modo a contribuir para a preservação da verdade histórica da própria sociedade, assunto que foi objeto de menção pelo Ministro Luis Felipe Salomão no REsp1.334.097/RJ.

Por fim, cabe destacar o Projeto de Lei que objetivou tratar o direito ao esquecimento de forma mais explícita, qual seja, o PL nº 8.443/2017, apresentado pelo deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP), pois visava disciplinar o referido direito em diploma legislativo autônomo, e não exclusivamente através de modificações em outras normas já existentes. Na linha do que já foi aqui defendido, a proposição alertava que o direito ao esquecimento é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro e que o seu âmbito de aplicação se restringe às pessoas físicas. Além disso, estabelecia um procedimento administrativo para remoção de conteúdo, sem negar a possibilidade de se buscar a tutela jurisdicional, especialmente nos casos em que o solicitante é pessoa pública ou nas hipóteses em que os meios de comunicação negam o pedido de remoção. Contudo, o projeto foi retirado pelo autor, conforme solicitação aprovada pela Diretoria da Câmara dos Deputados em 10/08/2018.

Ressalta-se que o intuito aqui não é esgotar o estudo sobre os trabalhos legislativos acerca do direito ao esquecimento, mas de registrar que, diante dos últimos acontecimentos relacionados a sociedade da informação, os parlamentares demonstram preocupação em atualizar o sistema normativo brasileiro, com o propósito de que se mantenha coerente com o compromisso de fortalecer o desenvolvimento dos mais diversos direitos da personalidade. Porém, diante da última decisão tomada pelo STF, é ainda mais imprescindível a participação da sociedade civil nesses debates.

4.5 Exemplos de aplicação do direito ao esquecimento na órbita virtual

Para que se compreenda melhor como se dá a aplicação dos instrumentos de tutela do direito ao esquecimento, é importante contextualizá-lo com casos reais cuja violação fora perpetrada no âmbito da internet. Em uma perspectiva mundial, têm-se a situação vivida por



Mario Costeja Gonzalez. Em 1998, Mario teve seu apartamento levado à hasta pública, pois havia contraído débitos perante a seguridade social espanhola. Ocorre que, na época, esse fato foi noticiado no jornal *La Vanguardia*, na página destinada aos anúncios de leilões públicos. De qualquer maneira, importa destacar que a dívida foi quitada antes mesmo da efetivação da venda do referido imóvel (MENEZES, 2017).

Contudo, em meados de 2008, Mario percebeu que o seu nome era referenciado no Google como se ainda não tivesse adimplido o débito, com indicação expressa ao leilão por dívida de seu terreno. Assim, em 2009, ele solicitou que o jornal retirasse o seu nome da matéria que comunicava a realização da hasta pública. Porém, tal pedido administrativo foi negado, sob o argumento de que a publicação da matéria se dava em obediência à uma ordem emanada do Ministério do Trabalho e Seguridade Social. Em virtude disso, já em 2010, requereu administrativamente ao *Google Spain* que seus dados fossem retirados desse provedor de busca – o que também foi negado (MENEZES, 2017).

Dessa maneira, no dia 05 de março de 2010, o Sr. Gonzalez protocolou uma reclamação na Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD), contra as empresas *La Vanguardia Ediciones SL*, *Google Spain* e *Google Inc.* Nas razões da reclamação, foi argumentado que não era pertinente a divulgação de seus dados em referência a um processo de execução que já havia sido extinto (MENEZES, 2017). Ou seja, ele buscava que fossem suprimidas ou alteradas as páginas eletrônicas em que o seu nome e as suas informações pessoais estavam disponibilizados ao público, ou que ao menos não fosse possível a leitura dessas páginas por terceiros. Mais precisamente, o advogado pleiteava pela proteção de seus dados.

Quando do julgamento, em julho de 2010, a AEPD (autarquia espanhola) não acolheu os pedidos em face do jornal, por entender que ele apenas havia cumprido determinações emanadas do Ministério do Trabalho e Seguridade Social, em consonância com o interesse público e com a ordem pública inerentes à notícia. Já em relação ao Google, a agência entendeu que os provedores de busca, por serem meros intermediários entre a informação e o público, se sujeitam à legislação protetiva de dados pessoais. Dessa forma, em razão da violação à dignidade das pessoas em sentido amplo, é legítimo que sejam retirados dados desses motores de busca que contenham certas informações pessoais do reclamante, bem como que sejam proibidas novas exposições desses mesmos dados. (MENEZES, 2017)

Insurgindo-se contra essa decisão, a empresa Google ajuizou recursos perante a Audiência Nacional (órgão jurisdicional espanhol), o qual entendeu que a matéria deveria ser apreciada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), já que envolvia a análise da



Diretiva 95/46, datada de 24 de outubro de 1995, responsável por regular a proteção das pessoas naturais em relação ao tratamento dos seus dados pessoais e a livre circulação deles.

Enfim, no dia 13 de maio de 2014, o Plenário do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) defendeu as seguintes teses:

- 1) O artigo 2.º, alíneas b) e d), da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, deve ser interpretado no sentido de que, por um lado, a atividade de um motor de busca que consiste em encontrar informações publicadas ou inseridas na Internet por terceiros, indexá-las automaticamente, armazená-las temporariamente e, por último, pô-las à disposição dos internautas por determinada ordem de preferência deve ser qualificada de «tratamento de dados pessoais», na aceção do artigo 2.º, alínea b), quando essas informações contenham dados pessoais, e de que, por outro, o operador desse motor de busca deve ser considerado «responsável» pelo dito tratamento, na aceção do referido artigo 2.º, alínea d).
- 2) O artigo 4.º, n.º 1, alínea a), da Diretiva 95/46 deve ser interpretado no sentido de que é efetuado um tratamento de dados pessoais no contexto das atividades de um estabelecimento do responsável por esse tratamento no território de um Estado-Membro, na aceção desta disposição, quando o operador de um motor de busca cria num Estado-Membro uma sucursal ou uma filial destinada a assegurar a promoção e a venda dos espaços publicitários propostos por esse motor de busca, cuja atividade é dirigida aos habitantes desse Estado-Membro.
- 3) Os artigos 12.º, alínea b), e 14.º, primeiro parágrafo, alínea a), da Diretiva 95/46 devem ser interpretados no sentido de que, para respeitar os direitos previstos nestas disposições e desde que as condições por elas previstas estejam efetivamente satisfeitas, o operador de um motor de busca é obrigado a suprimir da lista de resultados, exibida na sequência de uma pesquisa efetuada a partir do nome de uma pessoa, as ligações a outras páginas web publicadas por terceiros e que contenham informações sobre essa pessoa, também na hipótese de esse nome ou de essas informações não serem prévia ou simultaneamente apagadas dessas páginas web, isto, se for caso disso, mesmo quando a sua publicação nas referidas páginas seja, em si mesma, lícita.
- 4) Os artigos 12.º, alínea b), e 14.º, primeiro parágrafo, alínea a), da Diretiva 95/46 devem ser interpretados no sentido de que, no âmbito da apreciação das condições de aplicação destas disposições, importa designadamente examinar se a pessoa em causa tem o direito de que a informação em questão sobre a sua pessoa deixe de ser associada ao seu nome através de uma lista de resultados exibida na sequência de uma pesquisa efetuada a partir do seu nome, sem que, todavia, a constatação desse direito pressuponha que a inclusão dessa informação nessa lista causa prejuízo a essa pessoa. Na medida em que esta pode, tendo em conta os seus direitos fundamentais nos termos dos artigos 7.º e 8.º da Carta, requerer que a informação em questão deixe de estar à disposição do grande público devido à sua inclusão nessa lista de resultados, esses direitos prevalecem, em princípio, não só sobre o interesse económico do operador do motor

de busca mas também sobre o interesse desse público em aceder à informação numa pesquisa sobre o nome dessa pessoa. No entanto, não será esse o caso se se afigurar que, por razões especiais como, por exemplo, o papel desempenhado por essa pessoa na vida pública, a ingerência nos seus direitos fundamentais é justificada pelo interesse preponderante do referido público em ter acesso à informação em questão, em virtude dessa inclusão.

Tribunal de Justiça da União Europeia (google spain, google inc. Contra agencia española de protección de datos (aedp), Mario Costeja González, 13 de maio de 2014, processo c-131/12)

Em síntese, o TJUE confirmou que a atividade realizada pelos provedores de busca está contida na expressão “tratamento de dados pessoais” e que, em razão disso, os indivíduos residentes na União Europeia teriam o direito de requerer diretamente aos buscadores a desindexação de links que contenham informações a seu respeito, desde que respeitados certos parâmetros e condições. Ainda, na linha do que fora defendido sobre o direito ao esquecimento ser desvinculado de concepções subjetivistas, o Tribunal consignou que a remoção dos links não depende da efetiva comprovação de dano ou de prejuízo ocasionados pela anterior inclusão, pois se trata, na verdade, de uma ponderação realizada entre os interesses que colidem no caso concreto, a exemplo da existência de informações pessoais, do possível interesse público no acesso à essas informações e do interesse econômico dos provedores.

De outro lado, as críticas a essa decisão consistem no antagônico entendimento de que o exercício do direito ao esquecimento em face dos buscadores, por serem meros intermediários no acesso à informação, fere o princípio do devido processo legal, já que os que publicam originalmente a notícia não participam das discussões sobre as consequências da desindexação (SARLET, 2014).

A repercussão desse caso foi tamanha que, na Europa, o Google começou a adotar procedimento próprio para avaliação dos pedidos de desindexação ou de-listagem. De forma simples, o indivíduo preenche um formulário eletrônico, no qual se identifica e informa as URL's que deseja remover dos resultados de busca do provedor, por serem inadequadas, irrelevantes, obsoletas ou excessivas. Ademais, destaca-se que, quando devidamente autorizado e em conformidade com as leis europeias de proteção de dados, o indivíduo pode solicitar a desindexação em nome de terceiros. Em seguida, tal solicitação é avaliada manualmente por uma equipe devidamente capacitada. Porém, em casos mais complexos, o pedido é remetido a equipe sênior e aos advogados do buscador. Por fim, a decisão final é enviada através de e-mail e, em casos de indeferimento, é acompanhada por uma devida justificativa, o que não impede que o prejudicado procure a autoridade local de proteção de dados.

No relatório de transparência da Google⁴, se observa que os motivos ensejadores da não desindexação compreendem a existência de soluções alternativas e menos gravosas, a presença de motivos técnicos, a constatação de URL's em duplicada ou o forte interesse público nas informações. Nesse último caso, alguns parâmetros são utilizados pela equipe, tais como: se os conteúdos estão relacionados com a vida profissional, com um crime anterior, com um cargo político ou com uma posição na vida pública do requerente, ou se os conteúdos são da autoria do próprio requerente, são governamentais ou são de natureza jornalística.

No que concerne as razões pelas quais se defere o pedido de desindexação, destacam-se a ausência clara de interesse público, a presença de informações confidenciais, a exemplo das relativas à saúde, a orientação sexual, a raça, a etnia, a religião, a afiliação política ou ao status sindical de uma pessoa, a existência de conteúdos relacionados a menores de idade, bem como as referentes a condenações criminais já cumpridas ou aos casos de exoneração e de absolvição. Quanto a esse último aspecto, também se considera a época e a natureza do crime em análise.

Ainda sobre o processo de avaliação, o Google, de acordo com as diretrizes europeias do Grupo de Trabalho de Proteção de Dados do Artigo 29, analisa qual a conexão do requisitante com algum dos países da Europa e, em caso de procedência, notifica, por meio do *Search Console*, o website responsável pela manutenção das páginas que foram objetos do pedido de remoção dos resultados de pesquisa, o qual poderá solicitar uma nova análise da decisão. Ressalta-se, por fim, que a identidade de quem solicitou a remoção da URL é preservada.

Em relação aos tipos de solicitantes, existem os particulares, as figuras públicas não governamentais, os menores de idade, os funcionários do Governo, os representantes de pessoas falecidas e as entidades corporativas. Por sua vez, os conteúdos das páginas podem ser de autoria própria ou se referirem a crimes, a informações pessoais, confidenciais ou profissionais, a problemas de conduta profissional, ou serem classificados como “diversas”, por não se enquadrarem em nenhuma das categorias acima. Ainda, o buscador pode classificá-los como “nome não encontrado”, quando o nome do solicitante não consta na página de conteúdo do URL fornecido, ou “informações insuficientes”, quando o conteúdo da página não foi classificado por ausência de maiores informações. Ademais, a equipe do buscador considera se as notícias são veiculadas em um site oficial do governo, em um veículo de comunicação não governamental, em mídias sociais ou em diretórios, a exemplo dos endereços postais.

⁴ Relatório de transparência. Lei de privacidade europeia. Disponível em: <https://transparencyreport.google.com/eu-privacy/overview?hl=pt-PT>. Acesso em 09 de abr. 2021



Ao analisar os gráficos contidos no Relatório de Transparência, verifica-se que 89% dos solicitantes são pessoas não públicas e que, dentre os domínios com mais URL's removidos da Pesquisa Google, o Facebook se destaca, com cerca de 26.605 URL's removidos de um total de 65.339 solicitações. Porém, ao todo, desde o dia 29 de maio de 2014 até o dia 31 de maio de 2021, foram protocolados 4.138.865 pedidos de remoção. Por sua vez, apenas 1.061.269 desses pedidos foram atendidos.

Feitas tais considerações objetivas, importa ressaltar que, na prática, as desindexações se restringem aos resultados de pesquisas do Google na Europa, sendo que o próprio buscador utiliza indicadores de geolocalização para restringir o acesso ao URL do país do solicitante. Porém, é cabível questionar o fato de toda essa atividade ficar restrita ao mercado, pois a finalidade de lucro é inerente a esse meio. Ou seja, ainda que os interesses ligados ao direito ao esquecimento do indivíduo que pleiteia a desindexação possam ser imediatamente atendidos, isso não significa que exista uma devida atenção à promoção de sua dignidade por parte dos provedores.

De qualquer modo, é importante analisarmos esse fenômeno para constataremos que a efetivação do direito ao esquecimento vem se mostrando plausível – o que denota, mais uma vez, a fragilidade da decisão proferida pelo STF no RE 1.010.606/RJ. Afinal, os parâmetros e as classificações utilizadas pelo Google na Europa podem ser utilizados no Brasil. Além disso, como se viu, a presença de alguma regulamentação não implica na aplicação desmedida do direito ao esquecimento.

No Brasil, também há alguns casos marcantes, a exemplo de uma promotora pública acusada de fraudar um concurso público para ingresso na carreira da magistratura, em 2007. Ocorre que, mesmo tendo sido inocentada pelo Conselho Nacional de Justiça, seu nome continuava sendo vinculado a esse escândalo quando era colocado na caixa de pesquisas dos provedores de busca, como o Google e o Yahoo. Assim, o que ela buscava era a desindexação desses resultados nos supracitados servidores - o que, registra-se, não se confunde com a remoção de conteúdo tampouco com o direito ao esquecimento em si, sendo apenas um dos instrumentos para efetivação deste -. (MIGALHAS, 2018)

Dessa forma, com base nos parâmetros do decurso do tempo e da relevância da informação, a Terceira Turma do STJ, em decisão não unânime, deferiu o direito de a promotora ter seu nome desvinculado da supracitada acusação de fraude quando pesquisado nos provedores de busca. A relatora do processo, ministra Nancy Andrighi, votou pelo indeferimento do pedido porque, na época, não existia no Brasil uma Lei Geral de Proteção de



Dados. Contudo, prevaleceu o entendimento dos ministros Marco Aurélio Bellizze, Paulo de Tarso Sanseverino e Moura Ribeiro. (Resp 1660168/RJ).

Nas precisas palavras de Bellize, têm-se que:

Essa sistemática de busca, na essência, é a mesma para qualquer buscador, variando de acordo com os algoritmos próprios para a atribuição de importância a fim de ordenar as respostas apresentadas. Assim, no intuito de agregar velocidade ao sistema de pesquisas e reduzir o tempo de resposta, alcançando resultados mais relevantes e úteis aos usuários, a base de dados trabalha num crescente, sempre adicionando novos resultados e novos conteúdos (...) A manutenção desses resultados acaba por se retroalimentar, uma vez que, ao realizar a busca pelo nome da recorrida e se deparar com a notícia, o cliente acessará o conteúdo - até movido por curiosidade despertada em razão da exibição do link - reforçando, no sistema automatizado, a confirmação da relevância da página catalogada (...) Essa é a essência do direito ao esquecimento: não se trata de efetivamente apagar o passado, mas de permitir que a pessoa envolvida siga sua vida com razoável anonimato, não sendo o fato desabonador corriqueiramente rememorado e perenizado por sistemas automatizados de busca. Por outro vértice, aqueles que quiserem ter acesso a informações relativas a fraudes em concurso público, não terão seu direito de acesso impedido, porquanto as fontes que mencionam inclusive o nome da recorrida permanecerão acessíveis. Contudo, sua busca deverá conter critérios relativos a esse conteúdo, seja em conjunto com o nome da recorrida, seja de forma autônoma (...) O que se evitará é, tão somente, que uma busca direcionada a informações sobre a sua pessoa, por meio da inclusão de seu nome como critério exclusivo de busca, tenha por resultado a indicação do fato desabonador noticiado há uma década, impedindo a superação daquele momento.

(BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp 1660168/RJ, Rel. Nancy Andrichi. *VOTO-VISTA*: Ministro Marco Aurélio Bellizze. TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018).

Ainda sobre esse processo, é perceptível que o conceito de direito ao esquecimento proposto pelo ministro que proferiu o voto vencedor é compatível com a proposta de redefinição desse instituto, a qual merece ser protegida. Indaga-se: seria possível que, com fulcro em outro direito, os interesses da promotora fossem devidamente protegidos? A resposta é negativa, pois fora aplicado ao caso o instrumento da desindexação, concernente ao direito ao esquecimento, e que vai além dos direitos à honra e à imagem.

Além disso, da solução encontrada, demonstra-se que a situação dela já ter sido acusada de fraude em concurso público não foi apagada do mundo dos fatos, tampouco dos registros contidos na internet, apenas serviu para que o seu nome não fosse relacionado diretamente a esse acontecimento perpetuamente. Por fim, é possível perceber também como os contornos fáticos desse caso concreto se diferenciam do caso de Aida Curi: tanto isso é verdade que o

reconhecimento da repercussão geral nesse último não fez com que o julgamento do recurso do primeiro ficasse suspenso.

No mais, é importante analisar o caso da artista brasileira Xuxa Meneghel: em 1982, Xuxa estreou um filme intitulado “Amor, estranho amor”, dirigido por Walter Hugo Khouri, no qual participou de uma cena em que aparecia seminua, deitada em uma cama, ao lado de outro ator que tinha, à época, apenas 12 anos de idade. Já em 1992, quando passou a ser reconhecida como apresentadora de programas infantis, buscou judicialmente que esse filme não fosse lançado por meio de videocassete – o que foi alcançado. Contudo, em 2012, foi promovida ação judicial em face da Google, pois, com a disponibilização da película na internet, seu nome passou a ser associado a prática de pedofilia no referido mecanismo de buscas (SANTANA; SILVA, r, 2018).

Mais precisamente, ela requereu a desvinculação do seu nome, mesmo quando escrito de maneira incorreta, com os resultados que contivessem a expressão “Xuxa pedófila” ou a relacionassem a qualquer prática criminosa. Em que pese ter obtido êxito na primeira instância, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reformou parte da sentença para que apenas as imagens do filme não fossem exibidas quando os termos especificados na inicial fossem digitados nos buscadores.

No caso, se percebe que ela se sentia violada em seus direitos da personalidade em razão de uma das tecnologias de inteligência do Google, qual seja, a capacidade de o provedor associar palavras, decifrar frases, completar os termos utilizados e interpretar os erros de digitação. Assim, o remédio a ser utilizado seria, mais uma vez, a desindexação.

Mas, o que interessa ao presente trabalho é a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria da ministra Nancy Andrighi, no Recurso Especial nº 1.316.921-RJ, interposto pela Google. Na ocasião, ela destacou a importância dos provedores de buscas e ressaltou que eles não possuem o condão de filtrar o conteúdo das pesquisas feitas por cada usuário:

3. O provedor de pesquisa é uma espécie do gênero provedor de conteúdo, pois não inclui, hospeda, organiza ou de qualquer outra forma gerencia as páginas virtuais indicadas nos resultados disponibilizados, se limitando a indicar links onde podem ser encontrados os termos ou expressões de busca fornecidos pelo próprio usuário. 4. A filtragem do conteúdo das pesquisas feitas por cada usuário não constitui atividade intrínseca ao serviço prestado pelos provedores de pesquisa, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do art. 14 do CDC, o site que não exerce esse controle sobre os resultados 5. Os provedores de pesquisa realizam suas buscas dentro de um universo virtual, cujo acesso é público e irrestrito, ou seja, seu papel se restringe à identificação de páginas na web onde determinado dado ou

informação, ainda que ilícito, estão sendo livremente veiculados. Dessa forma, ainda que seus mecanismos de busca facilitem o acesso e a consequente divulgação de páginas cujo conteúdo seja potencialmente ilegal, fato é que essas páginas são públicas e compõem a rede mundial de computadores e, por isso, aparecem no resultado dos sites de pesquisa. 6. Os provedores de pesquisa não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL da página onde este estiver inserido.

(BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1316921/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012).

Em seguida, afirmou expressamente que a liberdade de expressão deveria preponderar no caso concreto e que, na hipótese de ser identificado a URL do autor do ato ilícito, faltaria interesse de agir em demandas propostas em face do provedor de pesquisas (REsp 1316921/RJ). Inicialmente, cumpre destacar que a decisão indicada acima foi proferida em data anterior à vigência do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados e, consoante análise feita em tópicos específicos, essas novas legislações trazem algumas perspectivas ao direito ao esquecimento.

No mais, um outro aspecto interessante se refere à versão dada pelo ator que participou da polêmica cena ao lado de Xuxa: Marcelo Ribeiro, hoje com 51 anos, afirmou, em entrevista dada à Folha de São Paulo (2021), que a mídia sensacionalista acabou por deturpar a real mensagem do filme e que, mesmo tendo se afastado da vida artística, o seu nome voltava a grande imprensa quando notícias sobre a obra e todo o seu imbróglia judicial vinham à tona – o que acabava por interferir, em última análise, no seu direito de ser deixado em paz. Contudo, finalizou a entrevista considerando otimista o fato de o filme ter tido a sua primeira exibição na TV no dia 11 de fevereiro do corrente ano, pois, de acordo com ele, tal transmissão servirá para que a película seja analisada em todo o seu contexto, pois as associações equivocadas e os comentários feitos por quem sequer o assistiu também prejudicaram os outros atores, o diretor e o produtor envolvidos na obra cinematográfica. Afinal, o transcurso do tempo também pode ser um fator favorável nos casos que envolvem o direito ao esquecimento.

CONCLUSÕES

Após análises realizadas sobre as primeiras aplicações do direito ao esquecimento, nas quais é possível constatar como o referido instituto foi fundamental na busca da proteção da dignidade da pessoa humana, é consequência natural concluir que, apesar da recente decisão proferida pelo Guardião da Constituição no RE 1.010.606-RJ, a tese do direito ao esquecimento ainda pode e deve ser defendida. Porém, como se viu, é necessário avançar a partir da proposta de redefinição aqui consignada, correspondente ao fato de que o direito ao esquecimento visa proteger a representação atualizada e contextualizada de cada indivíduo.

Ademais, tal defesa há de observar os contornos gerados por uma sociedade marcada pela ampla e irrestrita disseminação de informações. Com o presente trabalho, restou observado que a ausência clara de limitações entre o público e privado e a apresentação estática de publicações textuais ou fotográficas, sem qualquer contextualização com o período em que foram expostas, também podem ser prejudiciais ao desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo. Isto é, assim como os demais direitos fundamentais e, apesar da sua relevância no processo de redemocratização do nosso país, o direito à informação e a liberdade de expressão daí decorrente não podem ser vistos como garantias absolutas.

Assim, dadas as discrepâncias entre o que foi defendido ao longo do trabalho e o posicionamento dos ministros do STF acerca do direito ao esquecimento, bem como as críticas ao fato de que a decisão proferida em sede de repercussão geral possibilitou uma margem de insegurança e deixou um espaço de lacuna, convém registrar que a presente temática possui relevância no âmbito acadêmico, devendo continuar a ser, mais do que nunca, objeto de estudo e de análise.

Nesse sentido, além da proposta de redefinição e de proteção do direito ao esquecimento em si, se demonstrou quais critérios e parâmetros devem ser utilizados na sua efetivação *in concreto*, dadas as peculiaridades do ordenamento jurídico brasileiro. Ou seja, restou comprovado que o direito ao esquecimento pode ser compatibilizado em nosso sistema e que a tese firmada pela Suprema Corte é contrária a nossa evolução jurisprudencial e ao que vem sendo aplicado pela empresa Google no cenário europeu. Além disso, se desmistificou a relação entre o instituto do esquecimento e os instrumentos de tutela concernentes à remoção de conteúdo. Como visto no capítulo quatro, no dinamismo causado pelos provedores da internet, nem sempre a eliminação de postagens se mostra possível e apta a tutelar os interesses em jogo, o que faz com que se exsurja outros mecanismos, a exemplo da desindexação e da anonimização.



É preciso compreender que o direito ao esquecimento possui condão social. Ou seja, é necessário retirá-lo de seus viés subjetivista e entendê-lo como eficaz na proteção da dignidade da pessoa humana como um todo. Assim, a partir de tais reconhecimentos, será possível completar o estudo que aqui se iniciou e, com o uso da criatividade aliada à técnica jurídica, promover debates que possam dar andamento às propostas legislativas já analisadas e cogitar em formas de se pensar o direito ao esquecimento preventivamente, a fim de que não seja preciso a violação da esfera íntima do sujeito para que tal direito possa vir a ser reconhecido.



REFERÊNCIAS

- ANISTIA INTERNACIONAL. **Nota Pública: 20 anos da chacina da Candelária –Não vamos esquecer! 18 de julho de 2013.** Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-20-anos-da-chacina-da-candelaria-nao-vamos-esquecer/>. Acesso em: 12 de mar. 2021.
- ARRUDA, Teresa. **Interpretação da lei e de precedentes: civil law e common law.** Revista dos Tribunais. ano. 99. vol. 893. p. 33-45. São Paulo: Ed. RT, 2010.
- BAYER, Diego. **Na série “Julgamentos Históricos”: Aida Curi, o Júri que marcou uma época. Justificando: mentes inquietas pensam direito.** Carta Capital. 13 de março de 2015. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/03/13/na-serie-julgamentos-historicos-aida-curi-o-juri-que-marcou-uma-epoca/>. Acesso em 10 de mar. 2021.
- BARROSO, Luis Roberto. **Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa.** FGV, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123>. Acesso em 22 de fev. 2021.
- BITTAR, Carlos. **Os direitos da personalidade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BRANCO, Sergio. **Memória e esquecimento na internet.** Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.
- BRASIL, Cristina. **Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/sobe-para-827-percentual-de-domicilios-com-internet-diz-ibge>. Acesso em 15 de abr. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 29 de jan. 2021.
- BRASIL. Enunciado 274, Conselho de Justiça Federal –CJF. IV Jornada –2013. Disponível em: <http://daleth.cjf.jus.br/revista/enunciados/IVJornada.pdf>. Acesso em 29 de jan. 2021.
- BRASIL. Enunciado 531, Conselho de Justiça Federal –CJF. VI Jornada –2006. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20130607-02.pdf. Acesso em 29 de jan. 2021.
- BRASIL. Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em 09 de abr. 2021.
- BRASIL. Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em 09 de abr. 2021.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 08 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 08 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em 07 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em 09 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em 09 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.106, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 08 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em 09 de abr. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 7881 de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=621575>. Acesso em 30 de abr. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1589 de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1279451>. Acesso em 30 de abr. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 215 de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=946034&ord=1>. Acesso em 01 de maio. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1676 de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1295741>. Acesso em 01 de maio. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2712 de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1672348>. Acesso em 01 de maio. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 8443 de 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2149979>. Acesso em 01 de maio. 2021.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.334.097/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 10/09/2013. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/revista/abreDocumento.jsp?componente=ATC&sequencial>

=31006510&num_registro=201201449107&data=20130910&tipo=5&formato=PD . Acesso em 12 de fev. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.335.153/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 10/09/2013. Disponível em:

https://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/revista/abreDocumento.jsp?componente=ATC&sequencial=31006938&num_registro=201100574280&data=20130910&tipo=5&formato=PDF. Acesso em: 12 de fev. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.316.921/RJ. Recorrente: Google Brasil Internet LTDA. Recorrido: Maria das Graças Xuxa Meneghel. Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 29/06/2012. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22026857/recurso-especial-resp-1316921-rj-2011-0307909-6-stj/inteiro-teor-22026859>. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 1010606/RJ, Plenário, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 11/02/2021. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5091603>. Acesso em 15 de fev. 2021.

CARNEIRO, Alvaro. **A proteção do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro**. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69858/a-protecao-do-direito-ao-esquecimento-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em 29 de jan. 2021.

CERIONI, Clara. **Hopi Hari pede direito ao esquecimento para impedir jornais de mencionar morte**. Portal Jota, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/hopi-hari-direito-esquecimento-10122020>. Acesso em: 07 de abril. 2021.

CEROY, Frederico. **Os conceitos dos provedores no Marco Civil da Internet**. Portal Migalhas, 2014. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/211753/os-conceitos-de-provedores-no-marco-civil-da-internet>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

CJF. Enunciados aprovados na VI Jornada de Direito Civil. Coordenador Geral do Evento: Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-vi-jornada/view>. Acesso em: 01 de mar. 2021.

CHAVES, Cristiano; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB**. 15 ed. Salvador, Bahia: Editora Juspodvm, 2017.

COELHO, Julia. **Direito ao esquecimento e seus mecanismos de tutela na internet: como alcançar uma proteção real no universo virtual?** Indaiatuba, São Paulo: Editora Foco, 2020.

CORREIA, Donny. **Deturparam a verdade sobre o filme, diz ex-ator que fez cena erótica com Xuxa aos 12 anos**. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/02/deturparam-a-verdade-sobre-o-filme-diz-ex-ator-que-fez-cena-erotica-com-xuxa-aos-12-anos.shtml>. Acesso em: 18 de mar. 2021.

FERNANDES, Rodrigo. **Como funciona a busca do Google?** TechTudo, 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/10/como-funciona-a-busca-do-google.ghtml>. Acesso em 19 de mar. 2021.

FIDALGO, Alexandre. **Direito ao esquecimento não pode ir contra a evolução trazida pela tecnologia.** Conjur, 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-mai-06/liberdade-expressao-direito-esquecimento-nao-ir-evolucao-tecnologia>. Acesso em 21 de mar. 2021.

FILHO, José Artur. **O direito ao esquecimento.** Amagis, 2019. Disponível em: <https://revista.amagis.com.br/index.php/amagis-juridica/article/view/43>. Acesso em 05 de abr. 2021.

FRITZ, Karina. **Direito ao esquecimento está implícito na CF, diz especialista.** Portal Migalhas, 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/340757/direito-ao-esquecimento-esta-implicito-na-cf-diz-especialista>. Acesso em 09 de abr. 2021.

GRAVA, Guilherme; Passos, Ana Beatriz. **Direito ao esquecimento: acesso à informação e privacidade são colocados à prova no STF.** Portal Migalhas, 2017. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/260466/direito-ao-esquecimento-acesso-a-informacao-e-privacidade-sao-colocados-a-prova-no-stf>. Acesso em 07 de abr. 2021.

JUNIOR, Dirley. **Curso de Direito Constitucional.** 11 ed. Salvador, Bahia: Editora Juspodvm, 2017.

JUNIOR, Otavio. **Direito de apagar dados e a decisão do tribunal europeu no caso Google Espanha.** Conjur, 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-mai-21/direito-apagar-dados-decisao-tribunal-europeu-google-espanha>. Acesso em 21 de mar. 2021.

LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet.** São Paulo, Juarez de Oliveira, 2005.

LIMA, Henrique. **Direito ao esquecimento na internet.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Forum, 2020.

LOUBACK, Leticia. **O que é efeito Streisand?** TechTudo, 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/10/o-que-e-efeito-streisand-fenomeno-viraliza-segredos-de-famosos.ghtml>. Acesso em 24 de mar. 2021.

MARTINEZ, Pablo Dominguez. **Direito ao esquecimento: A proteção da memória individual na sociedade de informação.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MEIRELLES, Fernando. **Panorama do uso de TI no Brasil.** FGV, 2021. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/panorama-uso-ti-brasil?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_campaign=fgvnoticias-2021-05-25. Acesso em 21 de jun. 2021,

MENEZES, Victor Hugo. **O Caso Google Spain vs. Mário Costeja González.** Jusbrasil, 2017. Disponível em: <https://victorhugotmenezes.jusbrasil.com.br/artigos/441755309/1-o-caso-google-spain-vs-mario-costeja-gonzalez>. Acesso em 21 de mar. 2021.

MORAES, Alexandre de. **“Direito Constitucional”.** 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORWELL, Georde. **1984.** 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA. **Lei de privacidade europeia.** Disponível em: <https://transparencyreport.google.com/eu-privacy/overview?hl=pt-PT>. Acesso em 09 de abr. 2021.

RODAS, Sérgio. **Direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, decide STF.** Conjur, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-11/direito-esquecimento-incompativel-constituicao-stf2>. Acesso em 15 de fev. 2021.

ROVER, Tadeu. **Direito ao esquecimento criou obrigações para veículos de comunicação.** Conjur, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-28/direito-esquecimento-criou-obrigacoes-meios-comunicacao>. Acesso em 20 de mar. 2021.

PADRAO, Vinicius; SALOMÃO, Miguel. **Direito ao Esquecimento: comentários ao acórdão no REsp nº 1.335.153/RJ.** JusBrasil, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41089/direito-ao-esquecimento-comentarios-ao-acordao-no-resp-n-1-335-153-rj>. Acesso em 14 de mar. 2021.

PARENTONI, Leonardo Netto. **A regulamentação legal do documento eletrônico no Brasil.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 772, 14 ago. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7154>. Acesso em: 1 maio 2021.

PINHEIRO, Victor. **A teoria dos precedentes e o julgamento sobre o direito ao esquecimento no STF.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-13/observatorio-constitucional-teoria-precedentes-julgamento-direito-esquecimento-stf>. Acesso em 15 de abr. 2021.

SANTANA, Patricia; SILVA, Wladimir. **Direito ao esquecimento: uma análise do caso Xuxa Meneghel vs. Google Search sob a perspectiva dos direitos fundamentais e dos direitos da personalidade.** Cadernos de graduação, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/5709/2985>. Acesso em 28 de mar. 2021.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 1002822-10.2020.8.26.0659. Sentença nº 2020/00265. Requerente: Hopi Hari S/A. Requerido: Empresas de Comunicação Via Rádio, Televisão, Internet e Demais Meios de Comunicação do Brasil. Relator: Juíza Euzy Lopes Feijó Liberatti. Vinhedo, SP, 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://images.jota.info/wp-content/uploads/2020/12/doc-118357184.pdf?x44900>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SARLET, Ingo. **Do caso Lebach ao caso Google vs. Agencia Espanhola de Proteção de Dados.** Conjur, 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jun-05/direitos-fundamentais-lebach-google-vs-agencia-espanhola-protecao-dados-mario-gonzalez>. Acesso em 28 de jan. 2021.

SARLET, Ingo. **Vale a pena lembrar o que estamos fazendo com o direito ao esquecimento.** Conjur, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-26/direitos-fundamentais-vale-pena-relembrar-fizemos-direito-esquecimento>. Acesso em 12 de mar. 2021.

Sem autor. **Direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro.** Âmbito Jurídico, 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/direito-ao-esquecimento-no-ordenamento-juridico-brasileiro/>. Acesso em 12 de jan. 2021.

Sem autor. **Direito ao esquecimento é garantido por turma do STJ.** Conjur, 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-out-21/direito-esquecimento-garantido-turma-stj-enunciado-cjf>. Acesso em 15 de jan. 2021.

Sem autor. **Não existe direito ao esquecimento na seara cível, decide o STF.** Portal Migalhas, 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/340215/stf-nao-existe-direito-ao-esquecimento-na-area-civel>. Acesso em 15 de fev. 2021.

Sem autor. **STJ aplica direito ao esquecimento em caso de buscas sobre fraude em concurso.** Portal Migalhas, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/279890/stj-aplica-direito-ao-esquecimento-em-caso-de-buscas-sobre-fraude-em-concurso>. Acesso em 25 de fev. 2021.

Sem autor. **Como a pandemia tem impactado no aumento do tráfego na internet?** ITC, 2021. Disponível em: <http://itc.com.br/aumento-do-trafego/>. Acesso em 17 de abr. 2021.

SCHREIBER, Anderson. **Nossa lei não admite proprietários do passado.** Conjur, 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jun-12/anderson-schreiber-nossas-leis-nao-admitem-proprietarios-passado>. Acesso em 15 de jan. 2021.

SCHREIBER, Anderson. **Direito civil e constituição.** São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 25 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

SILVA, Leonardo. **Internet foi criada em 1969 com o nome de Arpanet.** Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml>. Acesso em 14 de abr. 2021.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Anacronismo.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/anacronismo.htm>. Acesso em 01 de maio de 2021.

TEPEDINO, GUSTAVO. **Temas de direito civil.** Editora Renovar: Rio de Janeiro, 1999, p. 48.

TORRES, Sergio. **Justiça absolve 3 acusados de chacina.** Folha de São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/11/cotidiano/34.html>. Acesso em 22 de fev. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA (google spain, google inc. Contra agencia española de protección de datos (aedp), Mario Costeja González, 13 de maio de 2014, processo c-131/12) Disponível em: http://curia.europa.eu/juris/document/document_print.jsf?jsessionid=9ea7d2dc30d5fe90ba6179b14238af0fae643c9fa1b9.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxyKaNb0?doclang=PT&text=&pageIndex=1&part=1&mode=DOC&docid=152065&occ=first&dir=&cid=100417. Acesso em 09 de abr. 2021.